

CRIME NA SELVA

Vítimas da falta de lei na Amazônia e da omissão criminosa do governo Bolsonaro, que incentiva atividades ilegais como o garimpo, o desmatamento e a pesca predatória na floresta, o jornalista Dom Phillips e o indigenista Bruno Pereira foram brutalmente assassinados no Vale do Javari, na fronteira do Brasil com o Peru, enquanto defendiam os povos indígenas. Falta saber quem é o mandante do crime que choca o mundo e envergonha o Brasil



Arte: Cris Vector

focus
BRASIL

Fundação Perseu Abramo 20 de Junho de 2022 Nº 63

Alexandre Kalil: Lula tem entrega, o povo lembra do que fez

Retrocesso: venda da Eletrobrás vai aumentar conta de luz

NYTimes alerta para o avanço de Bolsonaro sobre as FFAA

Nos EUA, ameaças contra instituições complicam Trump



focus
BRASIL

Uma publicação da Fundação Perseu Abramo

Diretor de Comunicação: Alberto Cantalice

Coordenador de Comunicação: David Silva Jr.

Produção: Oficina da Notícia

Editor-Chefe: Olímpio Cruz Neto

Colaboradores: Artur Araújo, Bia Abramo, Danilo

Molina, Isaías Dalle, Nathalie Nascimento,

Pedro Camarão e Ricardo Stuckert



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente: Aloizio Mercadante

Vice-presidenta: Vivian Farias

Diretoras: Elen Coutinho e Jéssica Italoema

Diretores: Alberto Cantalice, Artur Henrique da Silva

Santos, Carlos Henrique Árabe, Jorge Bittar,

Geraldo Magela e Valter Pomar

CONSELHO CURADOR

Presidenta de honra: Dilma Rousseff

Presidente: Fernando Haddad

Conselheiros: Ana Maria de Carvalho Ademar, Arthur Chioro dos Reis Fontenele, Arlete Sampaio, Azilton Viana,

Camila Vieira dos Santos, Celso Amorim, Dilson Peixoto,

Eleonora Menicucci, Eliane Aquino, Elisa Guaraná de

Castro, Esther Bemerguy de Albuquerque, Everaldo de

Oliveira Andrade, Fernando Pimentel, Fernando Ferro,

Francisco José Pinheiro, Iole Ilíada, José Roberto Paludo,

Lais Abramo, Luiza Borges Dulci, Maria Isolda Dantas de

Moura, Nabil Bonduki, Nilma Lino Gomes,

Paulo Gabriel Soledade Nacif, Penildon Silva Filho,

Sandra Maria Sales Fagundes, Sérgio Nobre,

Teresa Helena Gabrielli Barreto e Vladimir de Paula Brito

SETORIAIS

Coordenadores: Elisângela Araújo (Agrário), Henrique Donin de Freitas Santos (Ciência e Tecnologia e Tecnologia da Informação), Martvs Antonio Alves

das Chagas (Combate ao Racismo), Juscelino França

Lopo (Comunitário), Márcio Tavares dos Santos Chapas

(Cultura), Adriano Diogo (Direitos Humanos), Tatiane

Valente (Economia Solidária), Maria Teresa Leitão de Melo

(Educação), Alex Sandro Gomes (Esporte e Lazer), Janaína

Barbosa de Oliveira (LGBT), Anne Moura (Mulheres),

Nádia Garcia (Juventude) Nilto Ignacio Tatto (Meio

Ambiente e Desenvolvimento), Rubens Linhares

Mendonça Lopes Chapas (Pessoas com Deficiência),

Eliane Aparecida da Cruz (Saúde) e

Paulo Aparecido Silva Cayres (Sindical)

CONTATOS

webmaster@fpabramo.org.br

Endereço: Rua Francisco Cruz, 234 Vila Mariana

São Paulo (SP) - CEP 04117-091

Telefone: (11) 5571-4299 Fax: (11) 5573-3338



NESTA EDIÇÃO

MAIS UM CRIME NO CORAÇÃO DA AMAZÔNIA

O Brasil que atenta contra a vida de ativistas de causas ambientais e indígenas, sob o silêncio cúmplice do governo criminoso liderado por Bolsonaro, faz mais duas vítimas na Amazônia: o jornalista inglês Dom Phillips e o indigenista brasileiro Bruno Pereira.

Página 12

EDITORIAL. Bolsonaro agrava a crise e mergulha o país no caos administrativo

Página 4

ENTREVISTA. Alexandre Kalil detona: a fome voltou, não dá para ter reeleição

Página 6

SEM LEI. Um histórico de tragédias: de Chico Mendes a Dorothy Stang

Página 15

IMAGEM. Jair Bolsonaro piora ainda mais a imagem do Brasil no exterior

Página 16

NEW YORK TIMES. Jornal mostra as críticas dos militares à urna eletrônica

Página 17

FOME. Em Minas Gerais, Lula denuncia a piora da crise social no país

Página 20



Pedro Ladeira/Folha

NATAL. Petista promete pôr fim à dolarização dos combustíveis em comício

Página 21

PESQUISA. Lula cresce na base da pirâmide social, entre jovens e mulheres

Página 22

DILMA. Governo nega indenização à ex-presidenta, vítima da ditadura militar

Página 24

PETROBRÁS. Estatal volta a aumentar o preço dos combustíveis, mas PT critica

Página 25

ELETROBRÁS. Sindicatos denunciam: venda da estatal vai subir tarifa de luz

Página 26

CESTA BÁSICA. Dieese revela que salário-mínimo não dá para comprar nada

Página 26

SAÚDE. Projeto do PT obriga planos a garantir condições de tratamento

Página 27

TRUMP. Comissão cerca o ex-presidente por invasão do Capitólio em 2021

Página 28

BOLÍVIA. Ex-presidenta é condenada a dez anos de prisão por golpe de Estado

Página 29

HISTÓRIA. Academia de Capoeira reconhecida e os mortos nas ruas em 1968

Páginas 30 e 31

LIVRO. Haddad lança obra para repensar os caminhos percorridos pelas utopias

Página 32

FASCISMO. FPA lança livro com entrevistas feitas com 13 ativistas políticos

Página 34



Sérgio Lima

O CAOS É BOLSONARO

Aloizio Mercadante

Em meio a um novo reajuste no preço dos combustíveis, Bolsonaro declara que “a Petrobrás pode mergulhar o Brasil num caos”. “Seu presidente, diretores e conselheiros bem sabem do que aconteceu com a greve dos caminhoneiros em 2018 e as consequências nefastas para a economia do Brasil e a vida do nosso povo”, prossegue. No mesmo sentido, o ministro-chefe da Casa Civil afirma que: “A Petrobrás não é de seus diretores. É do Brasil”.

Em ambos os casos, o que se vê é a velha estratégia de tentar blindar o governo das tragédias social e econômica que assolam

o Brasil. Estamos chegando ao fim do governo e eles são responsáveis diretos por nomear o conselho e a diretoria da Petrobrás, bem como por manter a política de paridade internacional de preços que começou logo depois do golpe e que eles nunca enfrentaram.

A Petrobrás que descobriu o pré-sal, que estava substituindo importações, que investiu em refino e na construção de fábricas de fertilizantes e que estava se preparando para se tornar uma grande exportadora de derivados foi esquartejada. O resultado é essa tragédia que aí está: uma empresa refém dos interesses de grandes importadores de derivados e dos acionistas minoritários. Uma empresa que teve o maior

lucro entre todas as petroleiras do mundo enquanto o povo brasileiro sofre com o preço abusivo dos combustíveis.

Sem propostas estruturantes para o setor, o governo Bolsonaro aposta na redução da alíquota de ICMS sobre os combustíveis, que pode gerar, segundo governadores e prefeitos, uma perda de até R\$ 90 bilhões em receitas. Sem contar que se trata de uma medida que não tem impacto sobre o óleo diesel, pois ele já está na média com uma alíquota abaixo dos 17%. O que temos, na prática, é uma proposta insustentável, que promove um estelionato eleitoral e deixa mais uma bomba fiscal para o futuro governo.

Bolsonaro também avança com a privatização da Eletrobrás,

uma empresa com 60 anos de história. A Eletrobrás é indispensável para o planejamento estratégico do setor e tem peso importante na geração de energia em um país continental que tem um sistema elétrico integrado e grandes linhas de transmissão. A Petrobrás e a Eletrobrás estatais, juntas, são decisivas para a transição ecológica de uma economia sustentável, de baixo carbono e para a transição de energia que o Brasil precisa impulsionar.

Ao mesmo tempo, a inadimplência bate recorde e atinge 66,1 milhões de brasileiros em abril, uma ascensão vertiginosa. O Banco Central que vê a inflação descontrolada, pressionada pelo custo dos alimentos, da energia e do petróleo, aumenta a taxa de juros para 13,25% ao ano. É evidente que a nova taxa da Selic agrava a fragilidade financeira do Estado. Os juros da dívida eram de R\$ 312 bilhões em 2020 e a projeção para este ano pode chegar a R\$ 750 bilhões, a depender da evolução dos juros.

O custo da cesta básica cresceu mais que o dobro da inflação e atingiu a desesperadora marca de 26,75%, esmagando os pobres e espalhando a fome, a carestia e a insegurança alimentar. Dados publicados recentemente apontam que mais de 125 milhões de brasileiros vivem em situação em insegurança alimentar. Ou seja, não têm comida garantida todos os dias, nem em quantidade, nem em qualidade. Desse total, 33,1 milhões passam fome.

Há universidades ameaçando paralisar atividades por falta de orçamento para custeio. O mesmo no SUS. As demandas de saúde no pós-pandemia cresceram muito e, com a crise, há uma parcela da classe média que está mi-

grando dos planos de saúde para o SUS. Com a falta de recursos, o país caminha para uma situação dramática.

Não bastasse toda essa tragédia, vivenciamos estarecidos, a barbárie do assassinato do indigenista Bruno Pereira e do jornalista britânico Dom Phillips. Já houve outros homicídios de grande repercussão internacional na Amazônia, como as mortes de

PARA ALÉM DO FRACASSO ECONÔMICO, SOCIAL E INSTITUCIONAL, BOLSONARO DEIXA UM RASTRO DE AGRESSÕES AO PROCESSO CIVILIZATÓRIO

Chico Mendes ou da missionária Dorothy Stang, mas nunca com o governo ao lado dos madeireiros, pescadores e caçadores ilegais, mineradores e grileiros de terra.

Há na região um sistema extremamente complexo em que o governo da milícia urbana é também o da milícia rural a serviço de um agronegócio atrasado e predatório. Isso, em uma região dominada pelo tráfico de drogas, notadamente de cocaína.

Não bastasse a brutalidade e

a omissão que chocaram todo o mundo civilizado e ampliaram a condição de pária internacional de Bolsonaro, Bruno e Dom tiveram suas honras e suas memórias agredidas. Bolsonaro declarou que o indigenista e o jornalista estavam em uma "aventura não recomendada" e que Dom "era malvisto na região" por fazer reportagens contra garimpeiros. A mesma postura sem escrúpulos com que tratou os mortos pela pandemia de covid-19 quando chegou a dizer que não era coveiro e chegou até mesmo a imitar pessoas morrendo asfíxiadas.

Para além do fracasso econômico, social e institucional, Bolsonaro vai deixando, a cada dia, um rastro de agressões ao processo civilizatório do país. A prova cabal é que, em meio às mortes de Bruno e Dom, chega ao absurdo de programar uma "motociata" em Manaus. Nada mais desrespeitoso, com a dor das famílias e do povo brasileiro.

Desesperado, Bolsonaro segue com o único recurso que ele sempre defendeu: a ameaça de golpe. É o único presidente da história que defende a tortura e o assassinato político à luz do dia. Mesmo quando as instituições norte-americanas estão desvendando a gravidade da tentativa de golpe de Trump, que foi acompanhada de perto pela família Bolsonaro, ele tenta reproduzir a armadilha golpista da extrema direita mundial aqui no Brasil.

Portanto, o caos não é só o reajuste do preço de combustíveis patrocinado pela omissão irresponsável de Bolsonaro. O caos é sobretudo causado pelo presidente que não trabalha, que não se dedica e que não resolve os problemas fundamentais do país. O caos é Bolsonaro.

“A REELEIÇÃO DE BOLSONARO SERIA UMA INSANIDADE”

Ex-prefeito de Belo Horizonte, reeleito no primeiro turno em 2020, agora sonha com o governo de Minas. Aliado de Lula, desdenha dos ataques do atual presidente e faz uma avaliação demolidora do adversário Romeu Zema: “Ele não fez nada. O Zema pegou o dinheiro da Vale, aquele dinheiro manchado de sangue com 270 pessoas enterradas e não consegue gastar. É pior do que o Bolsonaro”

Alberto Cantalice e Pedro Camarão

A eleição em Minas Gerais deve ser polarizada entre Alexandre Kalil (PSD), aliado de Luiz Inácio Lula da Silva, e Romeu Zema (Novo), que foi próximo de Jair Bolsonaro em 2018 e ensaia uma reaproximação com o atual presidente. São vários os estados que devem reproduzir a polarização nacional nos pleitos regionais. No caso de Minas, o segundo maior colégio eleitoral do país, Kalil e Zema são lideranças recentes. Enquanto o atual governador tem um mandato desorganizado e sem resultados expressivos, Kalil carrega na bagagem

uma reeleição inédita. Ele teve mais de 70% dos votos para ser reconduzido ao cargo de prefeito da capital mineira, Belo Horizonte, em 2020.

Kalil acredita que Minas Gerais esteja vivendo uma reprodução do quadro nacional. Enquanto Bolsonaro e Zema são aventureiros que só causarão prejuízos e caos em seus mandatos, Lula e ele têm legado para apresentar. “Ninguém aguenta mais aventura neste país”, afirma. A falta de projeto, de planejamento e o uso do dinheiro público em benefício próprio são os fatores que assemelham Bolsonaro e Zema, na opinião de Kalil.

Para o político mineiro, falta pouco para que Lula possa ven-

cer a eleição e ele acredita na vitória em primeiro turno. O discurso golpista de Bolsonaro não passa de bravata, na opinião do ex-prefeito, que conviveu com a pressão de bolsonaristas durante o pleito que levou a sua reeleição. Para ele, o bolsonarismo vai ficar muito diluído na sociedade após os primeiros feitos do futuro governo de Lula. “Eles não ser nem 4% da sociedade”, avalia. A seguir, leia trechos da entrevista à revista Focus Brasil:

Focus Brasil – Gostaria de começar perguntando sobre a realidade. Qual é a sua avaliação do atual do governo e por que o senhor considera importante a volta de Lula?

Alexandre Kalil – O problema



é o seguinte... O país tem, segundo o último dado, mais de 150 milhões de pessoas que não sabem se vão se alimentar amanhã... Nós temos 33 milhões de pessoas que, com certeza, não vão comer amanhã. Desses 30 milhões, 10 milhões são crianças. Reeleger um governo desse, só por isso, já seria uma insanidade. Não vamos nem falar de inflação, de descontrole, de entregar o país para uma economia completamente demagógica e irresponsável que vai fazer com que Lula “pague um preço” quando assumir a Presidência. A partir de janeiro do ano que vem, todo mundo vai pagar o preço dessa demagogia econômica irresponsável. Os homens que disseram que iriam salvar o país o embargaram completamente. Deve ser para andar em carro com placa de ministro e motorista. Eu resumo tudo no seguinte: é uma insanidade completa num país que

tem esse número de famintos, que se fale em reeleição. Só isso bastaria, então não vamos nem entrar em outro ponto.

E o presidente Lula representa uma esperança. Representa o que já foi feito. Representa que não tem promessa, que não tem roleta, que não tem jogo de azar nessa parada. O que tem é o que já foi feito e temos que mostrar isso. O país não aguenta mais aventura. Ninguém aguenta mais aventura num país deste tamanho. O que representa para todos os brasileiros é bem simples: a certeza e a esperança de que tudo pode voltar a ser como era.

– Quando o Zema foi eleito governador e o Bolsonaro, presidente, um amigo mineiro falou: “Se ao final de quatro anos esse Zema e Bolsonaro derem certo, ou o mundo está de ponta cabeça ou a gente não entende nada de política.

Porque a chance de dar certo é quase zero”. Agora, existe uma expectativa grande com sua candidatura. Não existe eleição ganha, mas a situação para o senhor é boa...

– Temos uma vantagem, mostrar o que foi feito. Minas Gerais está no mesmo trilho do presidente Lula, que é o Brasil. O que eu estou levando e tentando mostrar para Minas Gerais é o que foi feito em Belo Horizonte. Eu não sou uma aventura. Eu me elegi prefeito e fui reeleito com a maior votação da história dessa cidade em primeiro turno. Quer dizer, devo ter uma boa marca. Uma cidade de quase 3 milhões de habitantes não reelege um prefeito em 1º turno se não houver trabalho, entrega. O que eu tenho em comum com o presidente Lula além da esperança, do coração, da empatia, do cuidado com gente, é que temos coisa para mostrar. Nós

não precisamos dizer “vamos fazer isso, isso e aquilo”. Ou prometer o que quer que seja. De promessa o povo já está de saco cheio, ninguém aguenta mais. O que queremos mostrar é o que já fiz e que sei fazer. O que Lula está falando para a população do Brasil, em resumo, é: “Está aqui, foi feito. Ninguém vai entrar numa aventura, não é assim que eu faço”. E isso eu tenho em comum com ele. Nós não podemos enfiar Minas Gerais e o Brasil em outra aventura.

Quando fui eleito pela primeira vez, tive que dizer o que dava para fazer. E não é fácil ser eleito assim. Mas depois que você faz, aí tudo certo. Por isso que a reeleição foi tão fácil. Então, não adianta o PIB de Minas querer derrubar uma candidatura, como tentaram na minha reeleição, primeiro, porque PIB não elege ninguém, quem elege é povo. Segundo, tem legado. Eu brinco aqui: “desmanchar o que eu fiz em Minas com notícia de rádio e televisão, não vai dar. Mas se pegar uma marreta e uma escavadeira aí eles podem querer derrubar os centros de saúde que foram feitos um a cada dois meses na minha gestão, pode tirar os 375 leitos do hospital de alta complexidade, pode tomar 6 milhões de cestas básicas que eu distribuí na pandemia, pode também fazer o povo esquecer 15 milhões de refeições que distribuí na pandemia, dos quase 500 mil kits que distribuí porque o povo não tem nem água, sabão e álcool para limpar a mão na pandemia...” E tem mais, recapeamento, coleta de lixo, obras contra enchentes... Nós temos entrega. Não tem jeito de tirar isso, não. O povo vê. Pobre é pobre e burro é burro. Pobreza não é sinônimo de burrice. Se tem um povo sofrido, é o povo brasileiro. Mas se tem um povo que reconhece e lembra do que é feito para ele, também é o povo brasileiro.

– Qual é a sua opinião sobre o futuro do bolsonarismo? Já ouvimos de outros entrevistados que a derrota de Bolsonaro está longe de significar o fim do bolsonarismo. Para isso, seria necessário um sucesso muito grande do futuro governo Lula... O senhor também entende que o bolsonarismo vai continuar?

– Não. Não vai, não. Esse mal vai ser esquecido. Quando buzina-vam por 40 minutos, uma hora e meia em frente da minha casa – eu era candidato à reeleição –, eu

**O BOLSONARISMO
VAI PERDER. ELES,
SIMPLESMENTE,
VÃO FAZER O
SEGUINTE, VÃO
PERDER A ELEIÇÃO,
PEGAR A BUZINA,
GUARDAR EM CASA
E FICAR DE MOLHO**

dizia o seguinte: “eles são muito barulhentos, mas são muito poucos”. Eu não acho que tem que se cobrar nada de ninguém, principalmente, do presidente Lula que vai pegar um país estraçalhado... Que ele faça muito bem feito... Mas não é nada disso. Temos que saber que estamos entregues em boas mãos. Se for assim, alguma coisa boa vai acontecer. Então, quando buzina-vam na porta da minha casa faltando poucos dias para a eleição, sentia que era muito barulho para

pouca gente. Temer o mal não faz parte do bem. Eu não temo o mal. Eu não tenho medo de bolsonarista, de rede social, de atentado... Eles, simplesmente, vão fazer o seguinte, vão perder a eleição, pegar a buzina, guardar em casa e ficar todo mundo como dantes no quartel de Abrantes. Porque nós acharmos que o que aconteceu na última eleição foi o bolsonarismo é um absurdo absoluto. Estamos falando em 20 e poucos por cento, talvez menos até de bolsonaristas radicais. E na hora que o governo chegar, se apresentar e mostrar a que veio, eles vão todos ficar em casa e eu tenho certeza que boa parte desses derrotados, que serão derrotados, irremediavelmente derrotados, vão ver o erro que cometeram. Temos que dar uma chance no Brasil para os que erraram. Eles não vão ter daqui quatro ou cinco anos nem 4% da população brasileira. Na hora que esse país voltar para o trilho, e vai voltar, eles vão ver o erro que cometeram.

Eu não tenho medo, acho que não tem bolsonarismo, que não vai ter... Não é essa a oposição, se for essa a oposição, ela vai ser ótima para o presidente Lula porque é uma oposição que fala em arma, em devastar a Amazônia, todo o tipo de absurdos... Ou seja, seria uma oposição que não se leva a sério. Essa é a melhor oposição do mundo. O que eu espero, no meu governo, se eu vier a ser eleito, como espero do governo do presidente Lula é gente séria fazendo oposição, o que é absolutamente legítimo e necessário. Agora, esse pessoal de tiro, bomba e arma não vai fazer mal a ninguém e nem nunca fez. Foram derrotados, não se reelege. Estão aí os EUA provando. E nesse quadro atual, dessa barbaridade social e econômica que esse país vive, nós vamos, com tranquilidade, esquecer

esse bolsonarismo. Foi um traço que passou na sociedade brasileira e vai ser colocado no seu devido lugar, é só deixar o presidente Lula governar. E vai mostrar o que é Zema e Bolsonaro, não sei se é a mesma coisa, nem eles mesmos sabem, então, é só ter calma.

– O senhor falou sobre um erro cometido por muitas pessoas nos últimos anos, que é necessário deixar que elas se arrependam, essas pessoas foram iludidas por Sergio Moro, Deltan Dallagnol, pelo que eles fizeram com a Lava Jato?

– Puxa vida, eu queria falar de tanta coisa, até do Bolsonaro, mas do Sergio Moro, você me poupe. Do Sergio Moro, você me poupe. Eu vou te falar o que eu acho, eu tenho amigos que apoiam o Bolsonaro e não vou me tornar inimigo deles por causa disso. Eu conversei com eles sobre futebol, outros assuntos... Enfim, discorramos. Eu acho que o meu time é melhor do que o dele, ele acha que o dele é melhor do que o meu e a gente senta e conversa. Agora, sobre Sergio Moro e Deltan Dallagnol eu não vou conversar. Eles fizeram um mal para o Brasil que nem o Bolsonaro fez. Bolsonaro pelo menos foi eleito dentro da legalidade, na urna eletrônica como deve ser, tomou posse como deve ser, e não fizeram esse papel absolutamente abominável, asqueroso que essa turma fez para o Brasil. Isso, na minha opinião, sei que estou falando para a Fundação Perseu Abramo, é muito mais abominável do que um presidente que foi eleito, que eu discordo dele, que é responsável por um atraso na compra de vacinas que custou a vida de pelo menos 200 mil brasileiros, que levou esse país a essa crise profunda, que não se importa com 158 milhões de desalentados, com 30 milhões

de famintos... O povo foi lá e escolheu ele, errado ou não. Agora, esses que você falou aí nunca tiveram voto, não tiveram o direito de fazer o que fizeram, é o que eu entendo como sendo o que mais abominável já teve nesse país, tanto que está tendo o fim que estamos vendo aí... O fim dele é praticamente melancólico. Ele conseguiu trair a mulher e a amante. É um caso inédito.

– Sua candidatura é muito forte no eixo metropolitano onde

ALIANÇA É FEITA COM CREDIBILIDADE. É QUANDO O CARA SENTA COM VOCÊ E FALA “EU QUERO APOIAR PORQUE O OUTRO NÃO TEM CREDIBILIDADE”

existe uma influência muito grande do Brasil. Minas é um microcosmo do Brasil, o que acontece aí tem reflexo no Brasil. Como está sua aliança política, ela é ampla como a que o Lula construiu até aqui?

– A aliança do Zema foi feita exatamente como “antigamente futebol clube”. Foram entregues empresas e cargos. Os partidos ocuparam o Estado com empresas estatais completas entregues e cargos milionários entregues. Então, vamos começar por aí, o

que eu não faço na prefeitura e eu nunca fiz. Eu dou um exemplo clássico para todo mundo. Quem cuidou da assistência social do meu governo durante cinco anos e oitenta e quatro dias foi uma militante do PT. Agora, ela foi escolhida não porque era do PT. Foi escolhida porque era uma técnica capacitada e professora de ação social. Depois que eu soube que era filiada do PT, sendo que o PT foi meu adversário nas duas eleições. Eu não tenho o menor constrangimento de falar. Nunca pedi ao PT para votar nada e o PT também nunca me pediu, diga-se de passagem.

Aliança é feita com credibilidade. Aliança é quando o cara senta com você e fala “eu quero apoiar porque o outro não tem credibilidade, ele mente”. Eu demoro a fechar aliança, o próprio Partido dos Trabalhadores é prova disso. É que apertar a mão é coisa muito séria. Dar palavra é coisa muito séria e isso nos levou a essa demora. Eu queria que fosse antes, o próprio presidente falou que deveria ter sido antes. Mas está tudo bem, foi tudo a tempo e a hora. O que nós temos que fazer é transpirar credibilidade. Fazer política boa e política legal é credibilidade. O que eu tenho e ele não tem é credibilidade. O que eu falo, eu cumpro. Então, eu tenho muito cuidado para falar com o mundo político porque eu sei que eu vou ter que cumprir lá na frente. Eu falo assim, “vocês querem participar de uma coisa nova lá em Minas Gerais, de um novo governo, um governo legal?”, “Queremos”. “Então, vamos fechar uma aliança porque eu preciso de todo mundo”. E é isso o que está acontecendo aqui.

- Todas as candidaturas devem ser respeitadas, isso é a democracia. Mas pelo momento que o Brasil vive, o senhor

acredita que todas as forças políticas deveriam fazer esse gesto de declarar apoio a Lula já no primeiro turno e eliminar antes qualquer tentativa maluca do Bolsonaro de fazer qualquer coisa contra a democracia?

– Não vai fazer nada. Vai fazer bosta nenhuma. Não faz nada. Grita em microfone e no cercadinho e faz cara feia. Vai fazer bosta nenhuma. Tentou fazer em 7 de setembro e deu com os burros n'água e guardou a viola no saco. Vai fazer nada. Nós temos que parar de pôr medo nesse povo. Nós vamos ganhar a eleição com voto, com urna eletrônica, com urna elétrica, com urna à válvula, com papel, com sinal de fumaça... A eleição já acabou, o Lula está eleito. É só o povo ir para a rua e votar. É isso que nós precisamos, chamar o povo e votar. Eu sou muito franco, eu não tiro o direito de ninguém de querer disputar. Eu acho que esse gesto tem que partir do Lula. Ninguém vai chegar lá e entregar para o presidente Lula. Como eu sou muito franco nas minhas coisas, acho que sim, que o Lula tinha que começar a se movimentar para fazer um movimento porque o rio está correndo para o mar como sempre. Então, ele tem que aproveitar essa corredeira, ir atrás desses candidatos e mostrar o projeto de país que ele tem. Ele está muito acima, ele é muito líder. Ele está acima, todo mundo sabe disso. Se ele tocar nesse assunto comigo, vou dizer: "Presidente, o grande tem que correr atrás". Eu costumo dizer o seguinte, "o líder não vai na frente dos liderados, ele empurra os liderados". Mas eu não quero dizer que isso tem que ser um gesto.

Vamos "dar nome aos bois". Eu não me acho capaz de aconselhar o Ciro Gomes a alguma coisa ou a Simone Tebet, até

porque eu sou muito menor do que eles. Eles são gente consolidada na política nacional, muito mais conhecidos, então eu não queria me colocar nessa situação. Seria bom? Seria ótimo. Eu quero? Claro que eu quero e eu desejo. Mas eu não tenho nem tamanho para opinar sobre isso e acho que o presidente Lula, sim, deve ir atrás dos seus liderados porque na frente ele já está.

– **Recentemente, houve uma**

**BOLSONARO GRITA
E FAZ CARA FEIA.
MAS NÃO VAI
FAZER BOSTA
NENHUMA. TENTOU
FAZER NO DIA
7 DE SETEMBRO
E DEU COM OS
BURROS N'ÁGUA**

tensão entre Zema e a polícia porque ele faz acordos que não cumpriu. Como o senhor encara a segurança pública, um tema muito cobrado pela população de Minas Gerais?

– A Polícia Militar de Minas tem a tradição de ser a melhor polícia militar do Brasil. Ela é muito respeitada por nós aqui. Muito mesmo. Quem botou fogo nessa fogueira, quem botou gasolina, quem botou 60 mil pessoas na rua em Belo Horizonte, e eu era o prefeito e fiquei desespe-

rado com uma passeata de 60 mil pessoas que podem, inclusive, andar armados e graças a Deus não houve nenhum problema, nem um arranhão, quem colocou gasolina nesse fogo foi o governador. É um governo que acha que pode prometer para daqui a X anos... Eu, quando fui prefeito falei "ó, eu não prometo nenhum reajuste pra quando quer que seja, vamos dar o que pode". Num país igual ao Brasil de hoje, quem planejar com mais de seis meses é burro. Nada pode ser planejado com mais de seis meses nesse Brasil que vivemos hoje. O que foi feito ali não foi nem uma promessa, foi um acordo que foi levado para a Assembleia Legislativa depois de partir do Executivo. A assembleia aprovou e depois de tudo certo, o governador "colocou a mãozinha na cintura" e falou "nós não podemos dar mais". Ora, que país é este?

Eu acho que funcionalismo público tem que ser tratado com importância e responsabilidade. Como disse, não vamos prometer. Em Belo Horizonte, abríamos os números da prefeitura e mostrávamos o quanto podia ser dado. Negociava mostrando os números da prefeitura. Foi assim durante os meus dois mandatos. Não ignoramos servidores de nenhuma área durante a pandemia, diferente do que o governo estadual fez. E esses servidores viram que os milionários que não tinham vaga nem especialidade tiveram que correr para o serviço público porque é lá que tem vacina e atendimento.

– **Gostaria que o senhor apontasse setores estratégicos que têm sido ignorados ou até prejudicados pelo atual governador e que precisam de atenção.**

– Com essa alta da arrecadação

pelo ICMS em função do preço dos combustíveis, Minas Gerais arrecadou R\$ 90 bilhões a mais do que o governo anterior. O único governador da história de Minas Gerais que nunca pagou um “vintém” para o governo federal é o atual. Não fez a recuperação fiscal porque não sentou e não dialogou. E ele vai largar o estado devendo R\$ 50 bilhões a mais. Eu estou resumindo o que é o governo atual. Nós temos a maior malha viária desse país, são 27 mil quilômetros. Desses, 5 mil [quilômetros] estão intransitáveis, 10 mil [quilômetros estão] precários. Ou seja, só temos 15 mil [quilômetros]. O melhor amigo do Zema não conseguiu trazer um convênio ou um dinheiro do governo federal para uma BR [rodovia federal] em Minas Gerais. Foram todas abandonadas pelo amigo íntimo dele que segundo o próprio Bolsonaro falou aqui era igual “marido e mulher”. Então, o que faltou? Faltou tudo. É abandono.

Quando você é muito competente, muito foda, você acerta 70% e erra 30%. Quando você é muito ruim, você acerta 30% e erra 70%. Mas o abandono, ninguém resiste. O erro é 100%. Estamos falando de um estado abandonado que não fez um hospital. Ele fez política na televisão em frente a um hospital regional da Zona da Mata e Juiz de Fora. E fez a campanha de 2018 em frente ao hospital chamando de imoralidade que estava atrás dele. Vai lá hoje, quatro anos depois. Está exatamente do mesmo jeito. O problema é a cretinice. O problema é a cara-de-pau. Eu não prometo porque eu tenho vergonha. Se eu faço isso na frente do hospital, nem se for pra eu ir lá rebocar eu mesmo, mas eu não vou deixar do jeito que estava quando eu quis

esculhambar o hospital. O que falta é verdade, é vergonha. Ele disse que não andaria de avião, mas está pendurado em avião a jato com dinheiro público e fazendo campanha há dois anos. Está pior do que o Bolsonaro. Aliás, ele aprendeu com o Bolsonaro. O Zema não entregou um metro de nada. Para quem não sabe no Brasil, os prefeitos de cidades pequenas estão pegando balde com terra para tapar buraco em estrada vicinal. Ele não fez foi nada. O

**QUANDO É MUITO
COMPETENTE,
ACERTA 70% E
ERRA 30%. QUANDO
É RUIM, ACERTA
30% E ERRA 70%.
MAS O ABANDONO,
NINGUÉM RESISTE:
O ERRO É 100%**

Zema pegou o dinheiro da Vale, aquele dinheiro manchado de sangue com 270 pessoas enterradas e não consegue gastar. Não tem estrutura, não tem planejamento, não tem projeto. Ele não sabe fazer projeto. Esse governo é isso. R\$ 32 bilhões são dois anos de orçamento da prefeitura e ele não consegue fazer uma estrada, um galinheiro. Este é o resumo.

– E o que o senhor considera como prioridade para o governo

estadual fazer a partir de janeiro de 2023?

– Governo não dá emprego, quem gera emprego é desenvolvimento social, igualdade, infraestrutura... O que o nosso estado precisa e que está no foco do meu plano de governo que está sendo elaborado é: saúde, que é um negócio muito sério, e infraestrutura. Porque se você vai trazer uma fábrica e o cara colocar o olho no Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, Minas não vai ganhar a fábrica porque não tem estrada para andar. Tirando as grandes artérias federais, não temos estrada para andar. E nas artérias federais as empresas já ocuparam espaço. Temos que recuperar a infraestrutura porque a malha viária é um patrimônio incalculável. Fazer uma estrada hoje é dinheiro demais. Deixar essa estrada ir embora sem manutenção, sem recuperação é crime. Então, temos que recuperar a infraestrutura e focar na saúde que está completamente abandonada. Recentemente, o governador fez um acordo dividindo para todas as cidades em 96 pagamentos, um acordo de R\$ 8 bilhões. R\$ 4 bilhões e 300 milhões são dele, é dívida dele que tinha que ter sido repassado para os municípios. E é isso o que ninguém está sabendo. De certa forma, eu me pareço com ele. Eu penso no meu pai todos os dias da minha vida que eu acordo. E ele pensa no ex-governador todos os dias da vida dele. Ele só pensa no ex-governador, ele não governa. Eu nem falo o nome do ex-prefeito porque não me interessa. Se ele fosse bom, tinha conseguido a eleição do candidato dele. Quer dizer, o ex-governador passou e ele vai passar. Ou ele está achando que eu vou governar falando o nome dele? É isso. •



CRIME CONFESSO O pescador Amarildo da Costa de Oliveira, o Pelado, assumiu que executou os desaparecidos

OUTRA TRAGÉDIA NA SELVA

Durante 10 dias, o mundo se perguntou onde estavam o jornalista Dom Phillips e o indigenista Bruno Pereira. A tragédia se confirma: os dois foram assassinados por estarem protegendo terras indígenas diante de um governo omissivo e cúmplice do crime

Um crime horrendo, com requintes de crueldade. Depois de dez dias de idas e vindas, buscas incessantes e de autoridades brasileiras fazerem jogo de empurra para realizar a operação de resgate, a tragédia se confirmou. O indigenista Bruno Pereira e o jornalista Dom Phillips foram assassinados na beira de um rio, no coração do Vale do Javari, região na fronteira entre o Brasil e o Peru.

Um pescador confessou ter matado o repórter britânico e ex-funcionário da Funai. Na quarta-feira, 15, Amarildo Costa de Oliveira mostrou às autoridades onde havia escondido os corpos. A polícia encontrou os restos humanos enterrados a cerca de três quilômetros na floresta tropical e já identificou Phillips. Ambos foram mortos por denunciarem atividades ilegais em terras indígenas.

Amarildo, o Pelado, e o irmão, Oseney da Costa de Oliveira estão

envolvidos diretamente no crime. A Polícia Federal continua a apurar o caso e o envolvimento de outras pessoas. Na sexta-feira, 17, a Polícia Federal afirmou em nota que as investigações indicam que não existem mandantes nem facções envolvidas e que os executores agiram sozinhos.

O crime chocou o mundo e envergonha o Brasil. Dom e Bruno morreram por arma de fogo, foram queimados e depois esquartejados. Os requintes de tortura



PROTETOR Bruno foi exonerado da Funai e passou a trabalhar junto à associação para proteger as terras dos índios que vivem no Vale do Javari

ainda estão para ser detalhados pelos investigadores que acompanham o caso.

A morte do repórter, que atuou como correspondente durante 15 anos de veículos como *Washington Post*, *New York Times* e *The Guardian*, e do indigenista, que vinha se dedicando à defesa dos índios há 12 anos, são mais um capítulo sombrio na história de violência contra ativistas ambientais e aqueles que trabalham em defesa dos direitos dos povos indígenas.

“Esse desfecho trágico põe fim à angústia de não saber o paradeiro de Dom e Bruno”, disse Alessandra Sampaio, esposa de Dom Phillips, em comunicado distribuído à imprensa ainda na quarta-feira. “Hoje, também começamos nossa busca por Justiça.”

Dom Phillips dedicou grande parte de sua carreira a contar as histórias do conflito que vem devastando a floresta tropical, enquanto o Bruno Pereira passou os últimos anos tentando proteger as tribos e o meio ambiente. O repórter inglês, que tinha 57 anos,

foi à reserva indígena do Vale do Javari para entrevistar equipes de patrulha que reprimiram a pesca e a caça ilegal.

Bruno Pereira ajudou a criar as patrulhas em resposta à crescente ausência de presença do governo federal na área sob a gestão desastrosa do presidente Jair Bolsonaro. Dom Phillips estava trabalhando na elaboração de um livro durante a viagem para denunciar os crimes ambientais no Brasil. Os dois homens estavam indo para casa quando desapareceram.

Segundo a PF, testemunhas viram os irmãos Oliveira em um barco atrás de Dom e Bruno pouco antes de serem vistos pela última vez. O trabalho do indigenista com as patrulhas rendeu ameaças de pescadores e caçadores ilegais, inclusive de Amarildo da Costa de Oliveira, segundo a PF. A Univaja, uma associação de grupos indígenas que ajudou a organizar as patrulhas, disse que Amarildo também mostrou uma arma para um grupo que incluía Pereira e Phillips no dia anterior ao desaparecimento.

JAIR BOLSONARO CULPA AS VÍTIMAS

O presidente Jair Bolsonaro conseguiu responsabilizar as vítimas de um homicídio duplamente qualificado. Nada surpreendente para quem tem estimulado o garimpo ilegal, a pesca predatória, grileiros de terras e desmatadores de florestas na Amazônia. Ainda assim, é uma ignomínia praticada por um chefe de Estado que deveria zelar pela vida de indigenistas e defender a imprensa.

Mas o Brasil não é para amadores e Jair Bolsonaro é o pior presidente da história, adotando o comportamento de um psicopata. Só isso explica que, durante sua visita à Flórida, no último final de semana, depois de pedir ao presidente Joe Biden ajuda para se reeleger, ele disse que o repórter inglês e o indigenista brasileiro seriam culpados do infortúnio que os acometeu. “Eles, quando partiram, as informações que temos é que não foi acertado com a Funai. Acontece, né. As pessoas abusam, né?”

“Um inglês e um brasileiro que sabiam dos perigos da região. [...] Estão me culpando agora. Quando mataram a Dorothy Stang ninguém culpou o governo, era de esquerda”, disse o presidente, como se Lula tivesse se omitido diante do crime que vitimou a missionária, ocorrido em 2005.

Bolsonaro culpou Bruno Pereira e Dom Phillips pela própria morte. A declaração é uma vergonha: “Esse inglês era malvisto, fazia muita matéria contra garimpeiros, questão ambiental, então, naquela região que é bastante isolada, muita gente não gostava dele. Ele tinha que ter mais que redobrada atenção para consigo próprio e resolveu fazer uma excursão”. •



APAXIONADO Correspondente durante 15 anos, Dom Phillips conhecia profundamente o Brasil e entrevistou Lula inúmeras vezes, aqui em 2007

O caso ganhou grande repercussão internacional a ponto de, na quarta-feira, a ex-primeira Theresa May cobrar de Boris Johnson no parlamento inglês para que o governo britânico não medisse esforços e fizesse do caso do desaparecimento de Dom e Bruno “uma prioridade diplomática”. Os apelos não sensibilizaram o governo Bolsonaro.

Em nota divulgada à imprensa, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que conhecia Dom Phillips, e o ex-governador Geraldo Alckmin lamentaram a morte trágica do jornalista e do indigenista brasileiro. “O mundo sabe que este crime está diretamente relacionado ao desmonte das políticas públicas de proteção aos povos indígenas. Está diretamente relacionado também ao incentivo à violência por parte do atual governo do país”, denunciam.

“O que se exige agora é uma rigorosa investigação do crime; que seus autores e mandantes sejam julgados. A democracia e o Brasil não toleram nem podem mais conviver com a violência, o ódio e o desprezo pelos valores da civilização”, continua o texto. “Bruno e Dom viverão em nossa memória e na esperança de um mundo melhor”.

Toda a mídia europeia e esta-

dunidense tem destacado que a morte dos dois novos mártires do ambientalismo ocorreram porque o governo brasileiro tem feito vista grossa para atividades ilegais na Amazônia, como a pesca, a caça e a mineração, que aumentaram sob Bolsonaro. Seu governo tem “incentivado o desenvolvimento sem planejamento da Amazônia e cortou os orçamentos das agências encarregadas de protegê-la e fiscalizá-la, como a própria Funai, o Ibama e o ICMBio.

Na terça-feira, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) apresentou denúncia no Tribunal Penal Internacional de Haia contra o governo brasileiro. A entidade faz novas denúncias contra Bolsonaro, acusando-o de crime de genocídio, contra a humanidade por extermínio, perseguição e outros atos desumanos. O documento atualiza a denúncia feita em 2021, com fatos do período de janeiro a maio de 2022, incluindo a negligência nas buscas pelo indigenista Bruno Pereira e Dom Phillips, desaparecidos na Terra Indígena do Vale do Javari desde 5 de junho, e a barbárie no território Yanomami.

A APIB denunciou que a Funai, passou a implementar sob Bolsonaro uma política anti-indígena e criou medidas administrativas com o

objetivo de desproteger os povos indígenas localizados em terras não homologadas, além de atos infra legais que facilitam o acesso de terceiros às terras, bem como a completa paralisação dos processos demarcatórios. Desde 2019, sob Bolsonaro, não houve nenhuma demarcação de terra indígena no país.

“O presidente ataca sistematicamente os povos indígenas brasileiros por meio da destruição intencional das instituições de proteção dos direitos indígenas e socioambientais, além de atacá-los por meio de discursos que têm feito segmentos da sociedade brasileira perceberem os povos indígenas como obstáculo à sua prosperidade”, afirma a APIB.

A entidade cita ainda as consequências do desmonte institucional como o recente desaparecimento do jornalista e do indigenista, o aumento da invasão e apropriação de terras indígenas por não indígenas, o desmatamento, o garimpo e a mineração, além do impacto desproporcional da pandemia de Covid-19 entre os povos originários.

A coordenadora do Setorial Nacional de Assuntos Indígenas do Partido dos Trabalhadores (PT), Tani Rose, ressalta a importância da manifestação da APIB e lamenta o descaso e omissão das instituições brasileiras como consequência da má gestão de Bolsonaro.

“Recorrer ao tribunal internacional tem sido a saída das organizações ao tratar do direito dos povos indígenas, dos ativistas, do direito da Amazônia, da terra e de todo o meio ambiente. Fica evidente que recorrer a órgãos internacionais quando o presidente da República e o presidente da Funai tentam em declarações transferir as próprias vítimas (Bruno e Dom Phillips) a responsabilidade pelos crimes hediondos que sofreram”. •



Carlos Silva/Correio

DOROTHY STANG

A missionária atuava na Pastoral da Terra no Pará e foi assassinada em 2005. O mandante foi preso e condenado a 30 anos de prisão

A VIDA NA SELVA NÃO VALE NADA

Na Amazônia, ativistas ambientais e líderes sociais sempre tiveram cabeça a prêmio. A diferença é que, agora, o Estado brasileiro é omissivo e negligente, estimulando as atividades ilegais na floresta

É triste constatar que a vida humana no Brasil tem pouco valor e os atuais governantes dão de ombros quando uma tragédia resulta na perda da vida de ativistas sociais e ambientais, como agora na morte de Dom Phillips e Bruno Pereira. Ambos foram mortos numa Amazônia que se transformou em terra sem lei, retrato do Brasil sob o governo de Jair Bolsonaro.

O Brasil está entre os países com maior número de assassinatos de defensores da terra e do meio ambiente, segundo a ONG Global Witness. Em 2020, foram 20 assassinatos no país, que ocupa a quarta posição entre 22 nações monitoradas. "É muito forte, é muito parecido", disse à CNN a irmã do ambientalista

José Cláudio Ribeiro, assassinado no Pará em 2011.

A Amazônia Legal, que se expande para além do Amazonas e engloba os estados do Pará, Maranhão, Tocantins, Mato Grosso, Rondônia, Acre, Roraima e Amapá, é uma região rica em biodiversidade e abriga inúmeras comunidades indígenas - o Vale do Javari é o local com a maior concentração de povos isolados do mundo. Pela sua riqueza e localização, fazendo

fronteira com sete países, é alvo de garimpeiros, grileiros, narcotraficantes, madeireiros, pescadores e caçadores ilegais.

Defensores da região e de seus povos são constantemente alvos de criminosos. Ameaças contra pessoas que trabalham na região de Atalaia do Norte, onde o indígena e o jornalista inglês desapareceram, têm crescido, segundo relatou a auxiliar de coordenação da União das Organizações Indí-

Miranda Smith



CHICO MENDES

Líder sindical e ativista político que vivia em Xapuri, no Acre, Chico Mendes foi assassinado em 1988 e sua morte comoveu o mundo

genas do Vale do Javari (Univaja), Soraya Zaiden, em entrevista à CNN.

No governo Bolsonaro, outros episódio de violência contra defensores e líderes indígenas ocorreram. Em setembro de 2019, o funcionário da Funai Maxciel Pereira dos Santos foi morto a tiros em Tabatinga (AM). Assim como Bruno, ele trabalhava no Vale do Javari. Nunca descobriram os responsáveis. Outro caso que aguarda julgamento é o do assassinato do líder indígena Paulo Paulino Guajajara, que integrava o grupo Guardiões da Floresta, no Maranhão.

Outros casos com grande repercussão internacional ocorreram em décadas anteriores, mas não pesava sobre o Estado brasileiro a cumplicidade com criminosos, como nos tempos de Bolsonaro. Em 20015, a missionária norte-americana Dorothy Stang foi assassinada e atuava na Comissão Pastoral da Terra (CPT), em Anapu, no Pará.

Mesmo ameaçada de morte, Dorothy seguida com sua atividade pastoral e buscava a geração de emprego e renda com projetos de reflorestamento em áreas degradadas, junto aos trabalhadores rurais da área da Rodovia Transamazônica. Ela também lutava pela redução dos conflitos agrários na região.

A religiosa foi morta com seis tiros no lote 55 do Projeto de Desenvolvimento Sustentável Esperança, em 2005. O assassinato, motivado por disputa de terras, foi encomendado pelos fazendeiros Vitalmiro Bastos de Moura, o Bida, e Regivaldo Pereira Galvão, conhecido como Taradão, condenado a 30 anos de prisão.

Em 1988, o seringueiro Chico Mendes, líder sindical no Acre e fundador do PT no estado, foi assassinado em 22 de dezembro de 1988, em uma emboscada nos fundos de sua casa. Era alvo de Darly Alves, grileiro de terras com histórico de violência em vários lugares do Brasil. Ele e o Darci Alves foram condenados em 1990 a 19 anos de prisão em regime fechado. •

BRASIL PROJETA A PIOR IMAGEM NO EXTERIOR

A repercussão internacional do assassinato de Dom Phillips e Bruno Pereira foi grande o suficiente para desgastar ainda mais a imagem do Brasil junto à comunidade internacional. Enquanto a imprensa brasileira divulga sem destacar devidamente as declarações absurdas do presidente Jair Bolsonaro, a mídia internacional – principalmente a estadunidense e europeia – não poupa o governo brasileiro, responsabilizando-o pela Amazônia ter se transformado em uma terra sem lei.

Em editorial, o diário francês *Le Monde* destacou que o desaparecimento do jornalista e do indigenista lembra as ameaças que pairam sobre os “pulmões” do planeta e as populações isoladas que vivem na região, vítimas do garimpo, da agricultura agressiva, do tráfico de drogas e da visão “desenvolvimentista” do presidente Bolsonaro.

“Do tamanho da Áustria, o Vale do Javari é uma região de difícil acesso. Há a maior concentração de povos isolados, sem nenhum contato com o mundo exterior. Seu número é estimado entre 300 a 500 pessoas segundo especialistas, o que significa que pesam pouco contra a máquina destrutiva que está devastando o ‘pulmão’ do planeta, cujo destino é, no entanto, essencial na luta contra o aquecimento global”, diz.

“Desde que ele assumiu o cargo, o desmatamento e

a extração de ouro explodiram, e a monocultura da soja, sinônimo de empobrecimento dramático da terra, está corroendo a floresta”, denuncia o jornal.

Na sexta-feira, 17, o diário britânico *The Guardian* também expôs diretamente o governo brasileiro. O fez uma homenagem ao repórter inglês, com foto na primeira página, apontando que Dom Phillips morreu tentando alertar o mundo sobre a guerra contra a natureza, em texto assinado por Jonathan Watts, ex-correspondente do *Guardian* no Brasil e editor de meio ambiente do diário britânico.

“Dom Phillips e Bruno Pereira foram mortos em uma guerra global não declarada contra a natureza e as pessoas que a defendem. O trabalho deles importava porque nosso planeta, as ameaças a ele e as atividades daqueles que o ameaçam importam. Esse trabalho deve continuar”, alerta Watts.

Em editorial, o *Guardian* denuncia o líder brasileiro: “O presidente do país, Jair Bolsonaro, ao dizer que algo ‘perverso’ aconteceu, também culpou insensivelmente os dois homens. Simplesmente não era do interesse de um Estado capturado por interesses extrativistas e que despreza o Estado de Direito, criando uma cultura de impunidade para aqueles que exploram a floresta amazônica e tornando seus protetores muito mais vulneráveis”.



André Borges/AFp

NO NYTIMES: MILITARES QUESTIONAM AS URNAS

Apesar das poucas evidências de fraudes anteriores, o presidente Bolsonaro levanta dúvidas sobre o processo eleitoral do Brasil. Agora, os militares estão expressando preocupações semelhantes

Jack Nicas

O presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, está atrás há meses nas pesquisas antes da crucial corrida presidencial do país. E, há meses, ele vem questionando insistentemente os sistemas de votação, alertando que se perder a eleição de outubro, provavelmente será graças a um voto roubado. Essas alegações foram amplamente consideradas como conversa furada. Mas agora, Bolsonaro alistou um novo aliado em sua luta contra o processo eleitoral: os militares do país.

Os líderes das Forças Armadas do Brasil de repente começaram a levantar dúvidas semelhantes sobre a integridade das eleições, apesar de poucas evidências de fraudes anteriores, aumentando as já altas tensões sobre a esta-

bilidade da maior democracia da América Latina e sacudindo uma nação que sofreu sob uma ditadura militar entre 1964 e 1985.

Os líderes militares identificaram para os funcionários eleitorais o que eles dizem ser uma série de vulnerabilidades nos sistemas de votação. E receberam vaga em um comitê de transparência que autoridades eleitorais criaram para aliviar os temores de que Bolsonaro havia despertado sobre a votação. E Bolsonaro, um ex-capitão do Exército que encheu seu gabinete com generais, sugeriu que, no dia da eleição, os militares deveriam realizar sua própria contagem paralela.

Bolsonaro, que tem falado com carinho sobre a ditadura, também tem procurado deixar claro que os militares respondem a ele. Autoridades eleitorais "convidaram as Forças Armadas a participar do processo eleitoral", disse Bolso-

naro recentemente, referindo-se ao comitê de transparência. "Esqueceram que o chefe supremo das Forças Armadas se chama Jair Messias Bolsonaro?" Almir Garnier Santos, comandante da Marinha do Brasil, disse a repórteres no mês passado que apoiava a opinião de Bolsonaro. "O presidente da República é meu chefe, é meu comandante, tem o direito de dizer o que quiser", disse.

Faltando pouco mais de quatro meses para uma das votações mais importantes da América Latina em anos, um confronto de alto risco está se formando. De um lado, o presidente, alguns líderes militares e muitos eleitores de direita argumentam que a eleição está aberta a fraudes. Do outro, políticos, juízes, diplomatas estrangeiros e jornalistas estão soando o alarme de que Bolsonaro está preparando o cenário para uma tentativa de golpe.

Bolsonaro aumentou a tensão, dizendo que suas preocupações com a integridade da eleição podem levá-lo a contestar o resultado. "Surgiu uma nova classe de ladrões que querem roubar nossa liberdade", disse ele em um discurso neste mês. "Se necessário, iremos à guerra."

Edson Fachin, juiz da Suprema Corte e principal autoridade eleitoral do Brasil, disse em entrevista que as alegações de uma eleição insegura eram infundadas e perigosas. "Esses problemas são criados artificialmente por aqueles que querem destruir a democracia brasileira", disse. "O que está em jogo no Brasil não é apenas uma urna eletrônica. O que está em jogo é manter a democracia".

Bolsonaro e os militares dizem que estão apenas tentando salvaguardar o voto. "Pelo amor de Deus, ninguém está se envolvendo em atos antidemocráticos", disse Bolsonaro. "Uma eleição limpa, transparente e segura é uma questão de segurança na-

cional. Ninguém quer ter dúvidas quando a eleição acabar”.

O Ministério da Defesa do Brasil disse em comunicado que “as Forças Armadas brasileiras atuam em estrita obediência à lei e à Constituição, e são direcionadas a defender a pátria, garantir os poderes constitucionais e, por qualquer um deles, a lei e a ordem”.

As táticas de Bolsonaro parecem ter sido adotadas do manual do ex-presidente Donald J. Trump e seus aliados trabalharam para apoiar as alegações de fraude de Bolsonaro. Os dois homens refletem um retrocesso democrático mais amplo que se desdobra em todo o mundo.

O motim do ano passado no Capitólio dos EUA mostrou que as transferências pacíficas de poder não são mais garantidas mesmo em democracias maduras. No Brasil, onde as instituições democráticas são muito mais jovens, o envolvimento dos militares nas eleições aumenta os temores. Garnier Santos disse ao jornal brasileiro O Povo que, “como comandante da marinha, quero que os brasileiros tenham certeza de que seu voto contará”, acrescentando: “Quanto mais auditoria, melhor para o Brasil”.

Um relatório da Polícia Federal detalhou como dois generais do gabinete de Bolsonaro, incluindo seu conselheiro de segurança nacional, tentaram por anos ajudá-lo a descobrir evidências de fraude eleitoral. E, na sexta-feira, 10, o ministro da Defesa, Paulo Sérgio Nogueira, enviou uma missiva de 21 pontos aos funcionários eleitorais, criticando-os por não levarem a sério os pontos dos militares sobre segurança eleitoral. “As Forças Armadas não se sentem devidamente reconhecidas”, disse.

Até agora, os comentários de Bolsonaro foram mais longe. Em abril, ele repetiu a falsidade de que as autoridades contam votos em uma “sala secreta”. Ele então

sugeriu que os dados de votação fossem enviados para uma sala “onde as Forças Armadas também tivessem um computador para contar os votos”. Os militares não comentaram publicamente essa ideia.

Como o apoio dos militares pode ser fundamental para um golpe, uma pergunta popular nos círculos políticos se tornou: se Bolsonaro contestasse a eleição, como os 340.000 membros das Forças Armadas reagiriam?

“Nos Estados Unidos, os mili-

PF DETALHOU COMO DOIS GENERAIS DO GABINETE DE BOLSONARO TENTARAM AJUDÁ- LO A DESCOBRIR EVIDÊNCIAS DE FRAUDE ELEITORAL

tares e a polícia respeitaram a lei, defenderam a Constituição”, disse Mauricio Santoro, professor de Relações Internacionais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), referindo-se às alegações de Trump de uma eleição roubada. “Não tenho certeza se a mesma coisa vai acontecer aqui”.

Oficiais militares e muitos políticos contestam qualquer noção de que os militares apoiariam um golpe. “Ele cairia. Ele não teria nenhum apoio”, disse Maynard Santa Rosa, general do Exército bra-

sileiro por 49 anos que serviu no gabinete de Bolsonaro. “E acho que ele sabe disso”.

Sérgio Etchegoyen, general aposentado do Exército próximo aos atuais líderes militares, chamou de alarmistas as preocupações com o golpe. “Podemos pensar que é ruim que o presidente questione as urnas eletrônicas”, disse ele. “Mas é muito pior se a cada cinco minutos acharmos que a democracia está em risco”.

Algumas autoridades americanas estão mais preocupadas com os cerca de meio milhão de policiais em todo o Brasil porque geralmente são menos profissionais e apoiam mais Bolsonaro do que os militares, de acordo com um funcionário do Departamento de Estado que falou sob condição de anonimato.

Qualquer alegação de uma eleição roubada pode enfrentar um público cético, a menos que a disputa fique mais apertada. Uma pesquisa com 2.556 brasileiros no final de maio mostrou que 48% apoiavam o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em comparação com 27% de Bolsonaro. Se nenhum candidato obtiver metade dos votos, os dois primeiros colocados irão para um segundo turno em 30 de outubro.

Essa mesma pesquisa mostrou que 24% dos entrevistados não confiam nas urnas eletrônicas do Brasil, contra 17% em março. E 55% dos entrevistados disseram acreditar que a eleição era vulnerável a fraudes, incluindo 81% dos apoiadores de Bolsonaro.

Nos 37 anos da democracia moderna do Brasil, nenhum presidente esteve tão próximo dos militares quanto Bolsonaro, um ex-paraquedista do Exército. Como deputado, pendurou em seu gabinete retratos dos líderes da ditadura militar. Como presidente, triplicou o número de militares em cargos civis no governo federal para quase 1.100. Seu



REAÇÃO INSTITUCIONAL O presidente do TSE, ministro Luiz Edson Fachin rebateu as insinuações do presidente: “Esses problemas são criados artificialmente por aqueles que querem destruir a democracia brasileira”

vice-presidente também é um ex-general.

No ano passado, ao intensificar suas críticas ao sistema eleitoral, ele demitiu o ministro da Defesa e os três principais comandantes militares, instalando partidários em seus lugares. O novo ministro da Defesa rapidamente opinou sobre o processo eleitoral, apoiando o esforço de Bolsonaro de usar cédulas impressas além das urnas eletrônicas, o que facilitaria a recontagem. O Brasil é um dos poucos países a contar inteiramente com urnas eletrônicas – 577.125 delas.

Embora Bolsonaro e seus aliados admitam que não têm provas de fraudes anteriores, eles apontam para uma série de problemas: algumas irregularidades percebidas nos retornos de votação; um hack de 2018 dos computadores do tribunal eleitoral, que não se conectam às urnas; e a rejeição geral das preocupações dos funcionários eleitorais.

Diego Aranha, um cientista da computação brasileiro que tentou hackear as máquinas para pesquisa, disse que a falta de backups em papel dificulta a verificação dos resultados, mas que o sistema em

geral era seguro. A Suprema Corte do Brasil rejeitou o uso de cédulas impressas, citando preocupações com a privacidade.

No ano passado, quando as autoridades eleitorais criaram a “comissão de transparência eleitoral”, convidaram um almirante formado em ciência da computação para participar. Em vez disso, o ministro da Defesa do Brasil enviou um general que dirige o cibercomando do Exército. Ele enviou quatro cartas aos funcionários eleitorais com perguntas detalhadas sobre o processo de votação, bem como algumas mudanças recomendadas.

E perguntou sobre os selos invioláveis das máquinas, o código de computador que os sustenta e a tecnologia biométrica usada para verificar os eleitores. Autoridades eleitorais disseram no sábado que aceitariam algumas das pequenas recomendações técnicas e estudariam outras para a próxima eleição, mas que outras sugestões não entenderam o sistema.

Em meio ao vai-e-vem, o ex-chefe do Tribunal Superior Eleitoral Luís Roberto Barroso disse a repórteres que os líderes militares

estavam “sendo orientados a atacar o processo eleitoral brasileiro”, uma afirmação que Nogueira, ministro da Defesa, chamou de “irresponsável”.

O tribunal eleitoral também convidou autoridades europeias para observar a eleição, mas rescindiu o convite depois que o governo Bolsonaro se opôs. Em vez disso, o partido político de Bolsonaro está tentando fazer com que uma empresa externa audite os sistemas de votação antes da eleição.

Fachin, que agora dirige o tribunal eleitoral, disse que Bolsonaro é bem-vindo para conduzir sua própria revisão, mas acrescentou que as autoridades já testam as máquinas. “Isso é mais ou menos como arrombar a fechadura de uma porta aberta”, disse.

O governo Biden alertou Bolsonaro para respeitar o processo democrático. Na quinta-feira, na Cúpula das Américas em Los Angeles, o presidente Biden se encontrou pela primeira vez com Bolsonaro. Sentado ao lado de Biden, o brasileiro disse que acabaria deixando o cargo “de maneira democrática”, acrescentando que a eleição de outubro deve ser “limpa, confiável e auditável”.

Scott Hamilton, o principal diplomata dos Estados Unidos no Rio de Janeiro até o ano passado, escreveu no jornal *O Globo* que a “intenção de Bolsonaro é clara e perigosa: minar a fé do público e preparar o terreno para se recusar a aceitar os resultados”.

Bolsonaro insiste que está simplesmente tentando garantir um voto preciso. “Como quero um golpe se já sou presidente?” ele perguntou no mês passado. “Nas Repúblicas de Bananas, vemos líderes conspirando para permanecer no poder, cooptando partes do governo para fraudar eleições. Aqui é exatamente o contrário”. •



EM MINAS, LULA DENUNCIA A FOME

“A minha guerra é contra a fome, que envolve 54 milhões de almas nesse país, e como é que nós vamos vencer essa guerra? Com inteligência”, disse, durante ato com o Alexandre Kalil, candidato ao governo, e o vice Geraldo Alckmin. Sobre as eleições, o petista lembrou que o estado é poderoso e não pode ficar de cabeça baixa

Em ato público de pré-lançamento da candidatura do ex-prefeito de Belo Horizonte Alexandre Kalil ao governo de Minas Gerais, na quarta-feira, 15, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva disse que está empenhado em enfrentar a fome crônica no Brasil. “A minha guerra é contra a fome, que envolve 54 milhões de almas nesse país, e como é que nós vamos vencer essa guerra? É tentando ter o mínimo de inteligência”, declarou, em discurso, em Uberlândia.

“Eu aprendi dentro de uma fábrica que é preciso fazer com que as pessoas mais humildes ganhem um pouco mais e as pessoas um pouco mais ricas ganhem um pouco menos. É repartir o pão para que todo mundo tenha o direito de comer um pedaço desse pão”, declarou. “É assim que diz a nossa Constituição, é assim que diz a

Declaração Universal dos Direitos Humanos e é assim que está escrito na Bíblia e é por isso que Jesus Cristo morreu para nos salvar. A tentativa de fazer com que as coisas fossem repartidas para todos”.

Lula reiterou seu compromisso com a candidatura de Alexandre Kalil. Ele diz que o ex-prefeito tem condições de realizar as transformações que o Estado precisa. “Minas Gerais não pode ficar de cabeça baixa. Minas Gerais é um estado muito grande, um estado muito poderoso, e eu acho que esse homem vai fazer com Minas Gerais o que ele fez com o Atlético, fazer com que Minas Gerais seja um dos estados mais poderosos deste país”, disse.

No evento, que contou com a presença do ex-governador Geraldo Alckmin, de políticos mineiros e do senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP), além do deputado Marcelo Ramos (PSD-AM), o ex-presi-

dente disse que o Brasil hoje está bem pior do que era quando ele assumiu o primeiro mandato em 2003. Ele declarou que tem orgulho de passar para a história como o presidente que mais fez universidades e escolas técnicas, de ter gerado 22 milhões de empregos com carteira assinada, de aumentado o salário mínimo em 74%, destinado 51 milhões de hectares de terra à reforma agrária e de ter criado o PAA para comprar comida de pequenos produtores para dar de graça para quem precisava.

Lula afirmou que o Brasil tem jeito e que o caminho passa pela inclusão dos pobres nos orçamentos da prefeitura, do Estado e da União. “As pessoas querem levantar de manhã e tomar café, tomar café com leite, pão com manteiga, se tiver uma goiabada cascão aqui de Minas, melhor ainda. A gente quer ter o direito de comer frango com quiabo no domingo”, disse. •

ATAQUE COM DRONE EM UBERLÂNDIA

Na tarde de quarta-feira, 15 de junho, por volta das 15h, um drone invadiu a área do Centro Universitário do Triângulo (Unitri) onde acontecia a pré-produção de ato público com a participação do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do ex-prefeito de Belo Horizonte Alexandre Kalil.

O drone jogou sobre algumas pessoas que já se encontravam no local um líquido mau cheiroso, provavelmente uma substância conhecida como chama mosca. Policiais militares, que trabalhavam no apoio ao evento, interceptaram uma caminhonete onde estavam três homens com o equipamento. Eles foram presos em flagrante.

Na quinta-feira, 16, o planejamento da operação com o drone vieram à tona. Um vídeo supostamente feito por um dos operadores mostra o instante em que o equipamento sobrevoa o Unitri. Eles alegam nas imagens que a substância se tratava de um veneno. A quantidade seria 2 litros. “Pode levantar. Joga pra cima do palco. Joga pra cima do palco”, disse uma das pessoas que aparentemente filmava a ação. “Roda mais para o lado da arquibancada”, continuou.

Outro indivíduo que guiava o aparelho disse que a vazão do líquido “estava no máximo” e que “o povo estava correndo”. O próprio controlador garantiu que haviam 2 litros. Ele também frisou que várias pessoas estavam arremessando objetos em direção ao drone, provavelmente para derrubá-lo. Os suspeitos não tinham autorização para usar o equipamento. O caso está sendo investigado pela polícia. •



NO RUMO Com Fátima Bezerra e Alckmin, Lula discursou em Natal

EM NATAL, CRÍTICAS À DOLARIZAÇÃO DO DIESEL E TRABALHO PRECÁRIO

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva voltou a declarar que vai “abrasileirar” os preços dos combustíveis no Brasil. A declaração é uma crítica à atual política de preços da Petrobras, que mantém os preços da gasolina e demais produtos em paridade com o dólar, o que tem resultado na elevação das tarifas. Na sexta-feira, 17, a Petrobrás anunciou reajuste de 5,18% para a gasolina e 14,26%, o diesel.

Lula disse ainda que planeja fazer com que os trabalhadores por aplicativos tenham direitos trabalhistas, como direito a férias e a o 13º salário. Ele explicou que não tem nada contra as empresas donas dos aplicativos, mas que não tem como aceitar que esses trabalhadores permaneçam sem direitos. Ele dis-

curso ao lado da governadora Fátima Bezerra, que disputa a reeleição, e do vice Geraldo Alckmin, companheiro de chapa.

No início de seu discurso, Lula pediu um minuto de silêncio em homenagem ao indigenista Bruno Pereira e ao jornalista britânico Dom Phillips, assassinados no Amazonas enquanto investigavam invasões e crimes praticados em terras indígenas, como garimpo e pesca ilegais.

“Temos que protestar contra a barbárie que está tomando na Amazônia, na periferia de Natal, do Rio de Janeiro, de Pernambuco”, disse. “Não se tem mais respeito pelo ser humano. Um minuto de silêncio é o mínimo que a gente pode fazer para prestar nossa homenagem às pessoas que lutam pela democracia, pela liberdade e pela dignidade”. •



Ricardo Stuckert

DOIS BRASIS EM DISPUTA

Lula lidera com folga entre os mais pobres, os jovens, as mulheres e os negros. Enquanto o atual presidente está na preferência dos mais ricos e que se situam no topo da pirâmide social

Matheus Tancredo Toledo

Neste artigo, trazemos as análises do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (Noppe), da Fundação Perseu Abramo, sobre as pesquisas mais recentes divulgadas pelos institutos. Os dados permitem olhar para quais segmentos da sociedade apoiam a candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e Jair Bolsonaro (PL), indicando que a polarização entre ambos é marcada por clivagens sociais e demográficas.

Os dados demonstram que há contornos sociais na atual

polarização política e eleitoral brasileira. Os que mais sofrem com o desastroso governo de Bolsonaro aderiram em peso à candidatura de Lula: 1) os mais pobres, que lidam com o impacto da crise econômica e da desassistência de um governo que os exclui do orçamento; 2) os mais jovens, para quem o desemprego supera a média nacional; e 3) as mulheres e os negros, onde mais recai os impactos da crise em uma sociedade estruturada pelo machismo e pelo racismo.

Em outros segmentos, sejam aqueles em que há ligeira vantagem para Lula, ou nos que dão pequena dianteira a Bolsonaro, há condições de

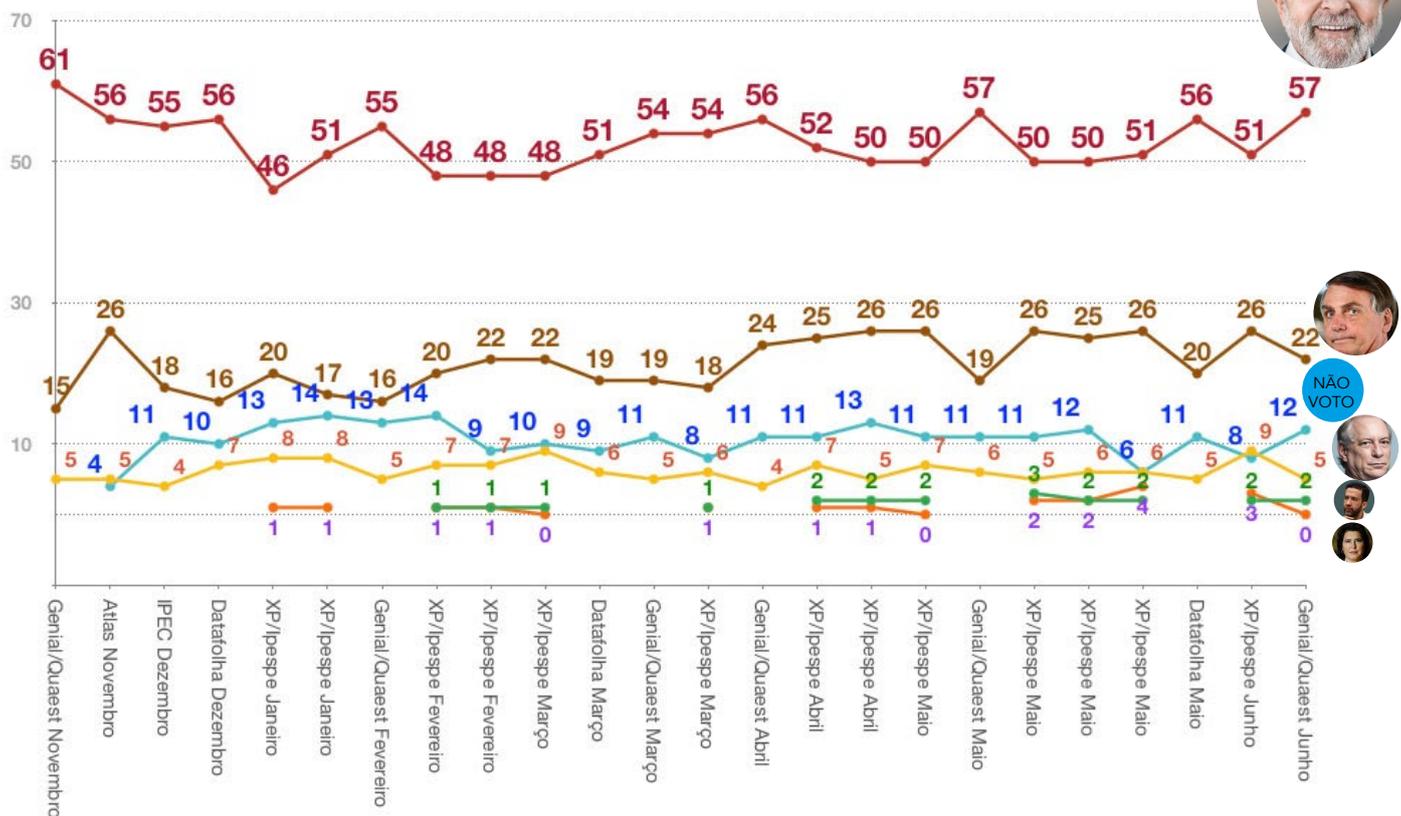
disputar corações e mentes - como o Noppe tem reforçado a partir de sua agenda de estudos com os segmentos não-polarizados da população.

Lula lidera com folga na base da pirâmide social brasileira, ou seja, na parcela da população que possui renda familiar mensal menor que dois salários mínimos. Isso tem sido demonstrado por pesquisas de diferentes metodologias, seja as realizadas com coleta presencial ou coleta remota (telefônica).

O levantamento Genial/Quaest mais recente aponta que Lula tem 57% das intenções de voto neste segmento, contra 22% de Bolsonaro. Já o levantamento

Evolução do voto nas eleições presidenciais

Preferência de voto entre quem ganha até 2 salários mínimos



XP/Ipespe, cujas pesquisas deixaram de ser semanais após pressão da consultoria de investimentos que financia os levantamentos, trouxe Lula com 51% contra 26% de Bolsonaro.

Segundo o Datafolha, a vantagem do petista contra o atual presidente é de 36 pontos percentuais na base social, número que salta para 41 pontos em um eventual segundo turno. As pesquisas indicam que quanto maior a renda do entrevistado, maior o apoio a Bolsonaro.

Ao analisar os dados dos diferentes levantamentos por região, chegamos ao seguinte quadro. Lula tem vantagem colossal no Nordeste – 49% segundo a Quaest, em primeiro turno – e uma ligeira dianteira no Sudeste e Norte/Centro Oeste, agrupados, ambos, por alguns institutos por decisões amostrais.

Na região Sul, não há consenso entre as pesquisas. Levantamentos presenciais tendem a apontar um quadro mais favorável a Lula,

enquanto os levantamentos remotos demonstram uma vantagem de Bolsonaro na região. Metodologias presenciais tendem a captar de forma mais acurada as opiniões da parcela mais pobre, menos escolarizada e localizada nos interiores em relação às pesquisas remotas.

Como temos ressaltado em nossas análises semanais para a **Focus Brasil**, três segmentos fundamentais para compreender a rejeição a Bolsonaro e a adesão a Lula são as mulheres, os jovens (de 16 a 24 anos) e a população negra.

Se entre os homens, Lula possui uma vantagem mais curta contra Bolsonaro, entre as mulheres, o petista têm o dobro de votos de Bolsonaro, segundo o levantamento Quaest: 48% contra 24%. A diferença é de 19 pontos, segundo a pesquisa BTG/FSB mais recente: 46% a 27%.

Entre os mais jovens, Lula tem 48% contra 27% de Bolsonaro, de acordo com a pesquisa Genial/

Quaest. E 47% contra 29%, segundo a XP/Ipespe. Já entre os entrevistados e entrevistadas que se autodeclararam pretos ou pretas, segundo a Quaest, Lula tem 60% contra 22% de Bolsonaro.

Bolsonaro leva vantagem contra o ex-presidente entre os evangélicos, muito embora tal distância não seja larga como as que vimos nos segmentos pró-Lula – segundo a BTG/FSB, Bolsonaro tem 44% contra 36% de Lula.

Segundo o Datafolha, entre os empresários (autodeclarados), Bolsonaro tem 56% contra 23% de Lula. Isso pode ajudar a entender o porquê dos movimentos de boicotes contra instituições financeiras que contratam pesquisas cujos resultados podem ser de difícil digestão para um apoiador do atual presidente da República. •

* Cientista político com mestrado na PUC-SP e analista do Núcleo de Opinião Pública, Pesquisas e Estudos (Noppe), da Fundação Perseu Abramo.



REPARAÇÃO Ex-presa política, Dilma teve seu pedido negado pelo governo

GOVERNO NEGA ANISTIA A DILMA

Torturada e presa por três anos na juventude, a ex-presidenta queria indenização por ter sido vítima da ditadura. Ministério ignorou o pedido de reparação

Em mais um golpe contra as vítimas da ditadura militar, que matou e torturou em um período de tempo prolongado entre 1968 e 1974 – o chamado anos de chumbo do regime – o governo Bolsonaro negou pedido de anistia da ex-presidente Dilma Rousseff. A petista pediu indenização por ter sido perseguida, presa e torturada durante a ditadura militar (1964-1985).

A decisão segue parecer da Comissão de Anistia do governo, divulgado em 28 de abril. Dilma pedia indenização de R\$ 10.700 mensais, além da contagem do tempo do período em que foi presa, em 1970, até a promulgação da Lei da Anistia, nove anos depois, para efeitos de aposentadoria. A ex-guerrilheira ficou presa durante três anos.

A comissão entendeu que a solicitação da ex-presidente não podia ser analisada, já que sua

anistia foi reconhecida pelo governo do Rio Grande do Sul. Na ocasião, o presidente Jair Bolsonaro (PL) comemorou a decisão.

“Essas pensões quando são concedidas não têm imposto de renda [...] Uma maravilha. Dilma Rousseff: perdeu. Quem sabe lá na frente quando algum esquerdista voltar ao poder, espero que não aconteça, você consiga mais uma pensão para você”, disse. A ex-ministra Damares Alves também reagiu à negativa da comissão: “Parabéns por trabalharem pautados na lei”, afirmou.

O requerimento foi protocolado em outubro de 2002. Dilma pediu que o processo fosse suspenso enquanto ocupava os cargos de ministra de Estado e de presidente da República. Após o impeachment, em 2016, ela recorreu pelo retorno da tramitação.

A Comissão de Anistia foi criada em 2002, ainda no governo Fernando Henrique Cardoso, e

era então vinculada ao Ministério da Justiça. Desde 2019, a comissão é vinculada ao Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. O órgão tem caráter consultivo. As decisões sobre a concessão ou não de benefícios cabem ao ministério.

Desde 2019, a comissão mudou de perfil sob o comando de Damares Alves e endureceu os critérios para a concessão de benefício. No primeiro ano do governo Bolsonaro, por exemplo, a comissão indeferiu 85% dos 2.717 pedidos de indenização, reconhecendo apenas 388 deles.

Em 2011, o jornal *Estado de Minas* revelou em detalhes o depoimento de Dilma Rousseff relatando a tortura a que foi submetida nos porões da ditadura em Juiz de Fora, São Paulo e no Rio de Janeiro. Ela contou Dilma todo o sofrimento vivido em Minas na pele da militante política de codinomes Estela, Stela, Vanda, Luíza, Mariza e Ana.

“Algumas características da tortura. No início, não tinha rotina. Não se distinguia se era dia ou noite. Geralmente, o básico era o choque”, contou Dilma, em depoimento dado em 25 de outubro de 2001, quando ela ainda era secretária das Minas e Energia no Rio Grande do Sul, filiada ao PDT. O depoimento foi prestado perante para a Comissão Estadual de Indenização às Vítimas de Tortura (Ceivt) do Conselho de Direitos Humanos de Minas Gerais.

O relato dela é revelador sobre os métodos do regime militar para dobrar os dissidentes políticos. “Se o interrogatório é de longa duração, com interrogador experiente, ele te bota no pau de arara alguns momentos e depois leva para o choque, uma dor que não deixa rastro, só te mina. Muitas vezes usava palmatória; usaram em mim muita palmatória. Em São Paulo, usaram pouco este ‘método’”, contou. •



Divulgação

NA BOMBA Por decisão política, preços de combustíveis foram dolarizados

PETROBRÁS SOBE DE NOVO

O PREÇO DO DIESEL: 14,2%

Desmoralizado, Bolsonaro diz que Petrobrás “vai criar o caos no país”, como se o governo não fosse responsável pela explosão da inflação e das tarifas de combustíveis

De nada valerem as promessas de Jair Bolsonaro. Menos de uma semana depois de o governo ter apresentado ao Congresso um projeto para zerar o ICMS e reduzir os preços dos combustíveis, a Petrobrás se lixou para a pressão do governo e aumentou os preços do diesel e da gasolina na manhã de sexta-feira, 17.

A gasolina foi reajustada em 5,2%, passando a custar R\$ 4,06 o litro nas refinarias da estatal, em um aumento de 20 centavos. Já o diesel será reajustado em 14,2% e passará a custar R\$ 5,61 o litro, um aumento de 70 centavos. Os novos preços já entraram em vigor no sábado, 18.

O presidente reagiu como sempre, tentando se justificar pela absoluta ausência de controle sobre a economia. Ele disse que a Petrobrás “pode mergulhar o Brasil num caos”, como se ele não tivesse qualquer responsabilidade sobre a política de preços dos combustíveis praticados pela estatal, que dolarizou as tarifas logo depois do Golpe de Estado que derrubou Dilma Rousseff em 2016.

A gasolina estava congelada há 99 dias, e o diesel passou 39 dias sem aumentos da Petrobrás. Em nota enviada à imprensa, a estatal afirmou que é sensível ao momento que o Brasil e o mundo enfrentam, de alta de preços, rebatendo declarações que vêm sendo feitas há semanas por Bolsonaro.

A presidenta nacional do PT, deputada federal Gleisi Hoffmann (PR), criticou o Palácio do Planalto, acusando Bolsonaro de hipocrisia, já que a política de preços de paridade internacional foi adotada pela Petrobrás e seque intocada. “Qualquer discussão séria sobre saídas para a crise passa pela mudança na política de preços, retomada dos investimentos da Petrobrás na produção e distribuição de combustíveis e fim da farra da distribuição de lucros e dividendos aos privados”, disse a parlamentar. “Fora disso, é só oportunismo eleitoral”.

Gleisi lembrou que, desde 2016, o país vem sofrendo com a dolarização dos preços da Petrobrás, com o fechamento de refinarias e o aumento da importação de combustíveis. “A cada novo presidente da Petrobrás a situação se agrava, porque trocam os nomes, mas não fazem o que tem de ser feito”, criticou a deputada.

O reajuste dos combustíveis ocorre em meio a uma queda de braço entre a liderança da estatal e o governo, que pressionava para que a empresa não fizesse um aumento do preço dos combustíveis enquanto o Congresso discute uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para compensar os Estados que zerarem a alíquota do ICMS sobre o diesel e o gás de cozinha.

Os reajustes anunciados refletem a disparada dos preços dos derivados de petróleo no mercado internacional, seguindo a alta da commodity por causa da maior demanda e do fechamento de refinarias em meio à guerra entre a Rússia e Ucrânia. Na sexta-feira, os contratos do petróleo tipo Brent para agosto eram comercializados a US\$ 119,50 o barril. •



Rubens Cavallari/Folha

PROTESTO Eletricitários e sindicalistas denunciam a venda da Eletrobrás

POVO PAGARÁ PELA VENDA CRIMINOSA DA ELETROBRÁS

Especialistas em energia projetam explosão tarifária para 2023. Conta pode subir até 25%, estima Dieese. Eletricitários anunciam que a luta agora é pela reestatização da empresa, a maior companhia de geração e transmissão da América Latina

Enquanto o toque de campanha da privatização da Eletrobrás ocorria na Bolsa de Valores de São Paulo, na terça-feira, 14, movimentos sociais e sindicais promoviam, a metros da Bovespa, um ato público denunciando os prejuízos da operação. E alertam para a explosão das tarifas de energia ao longo de 2023. Ao contrário do prometido pelo governo Bolsonaro, o povo pagará, literalmente, a conta do entreguismo.

Concretizada a venda, a União perdeu o controle acionário da empresa, que estava na casa de 62%, reduzindo sua participação para menos de 40%. A tática nefasta, como qualificou a presidenta nacional do PT, Gleisi Hoffmann, foi atacada pela coordenadora do Coletivo Nacional dos Trabalhadores Eletricitários (CNE), Fabiola Latino.

“A Eletrobras é a maior empresa de geração e transmissão

da América Latina, é início da cadeia produtiva do Brasil”, alertou a dirigente. “O aumento refletirá na cadeia industrial produtiva, vai acabar com o pouco desenvolvimento que estamos tendo hoje.”

Diretor da Associação dos Engenheiros e Técnicos do Sistema Eletrobrás (Aesel), Ikaro Chaves lembrou que a categoria e os movimentos tentam impedir a privatização da Eletrobrás desde que Michel Temer anunciou a intenção de vendê-la, em 2017. Mas a “truculência” de Bolsonaro “atropelou as próprias promessas de campanha e a maioria da população brasileira que é contra a venda da empresa”.

“A partir de agora nossa luta é pela reestatização da Eletrobrás”, destacou o engenheiro. “O Brasil não pode conviver sem uma empresa pública no setor mais importante, que é o da infraestrutura, do Brasil e de qualquer país do mundo”. • Agência PT

EM SP, MÍNIMO NÃO COMPRA CESTA BÁSICA

Os moradores de São Paulo não conseguem mais comprar nem uma cesta básica completa com um salário mínimo. É o que mostra levantamento mensal feito pelo Procon-SP em parceria com o Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos (Dieese).

Em 31 de maio passado, o paulistano precisava desembolsar, em média, R\$ 1.226,12 para adquirir uma cesta básica. São R\$ 14,12 a mais que o piso salarial, hoje em R\$ 1.212. Nesse levantamento, o Procon-SP pesquisa todos os meses o preço de 28 alimentos, seis produtos de limpeza e cinco de higiene.

Só nos cinco primeiros meses deste ano, o valor desse conjunto de mercadorias subiu 12,69%. Já de maio do ano passado a maio de 2022, o aumento foi de 18%, bem acima dos 11,7% da inflação oficial (IPCA) para o período. No mês passado, os produtos que mais subiram foram: cebola (31,70%), desodorante spray (6,80%), salsicha avulsa (6,33%), queijo muçarela (5,55%) e farinha de mandioca torrada (4,91%).

A situação observada em São Paulo se repete no resto do país. Em abril, levantamento da PUC do Paraná mostrou que, em um ano, o preço dos alimentos da cesta básica no Brasil subiu 21,46%, quase o dobro da inflação, que ficou em 11,30% no período considerado na pesquisa. O café da manhã subiu 32,16%. •

SAÚDE AMPLA E IRRESTRITA

Projeto de lei obriga planos de saúde a garantir condições de tratamento a pacientes com procedimentos não previstos no rol da Agência Nacional de Saúde. Proposta reverte decisão do STJ

Reginaldo Lopes

Uma tarefa urgente do Congresso Nacional é reverter, com um novo marco legal, a decisão do Superior Tribunal de Justiça



(STJ) de considerar que a lista da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) tem caráter taxativo, desobrigando os planos de saúde a não atender usuários com doenças que não estejam nela. A questionável decisão beneficia de forma definitiva os planos de saúde privados, que faturaram R\$ 240 bilhões em 2021.

O STJ decidiu que diversos procedimentos que garantiam tratamento a pacientes com doenças graves e que necessitam de tratamentos especializados terão negados o direito ao atendimento pelas operadoras de plano de saúde. Com isso, foram prejudicados mais de 2 milhões de autistas, pessoas com deficiência ou cidadãos comuns que precisam dar continuidade a tratamento por planos de saúde.

É preciso criar um novo marco legal que resguarde os interesses coletivos. Por isso, em sintonia com companheiros e companheiras da bancada do PT na Câmara, protocolei o Projeto de Lei 1.634/2022, que altera a Lei 9.656, de 3 de junho de 1998, garantindo condições de tratamento a pacientes

com procedimentos ainda não previstos no rol da ANS.

O entendimento sempre foi o da priorização dos atendimentos, que eram especialmente concedidos por ações judiciais. Vejamos um exemplo. Durante a

pandemia da covid-19, vários planos de saúde se recusaram a fornecer procedimentos diagnósticos a seus beneficiários, uma vez que estes não estavam no rol de procedimentos da ANS. Os beneficiários precisaram recorrer ao SUS para cuidar de sua saúde, embora as mensalidades dos planos privados sejam escorchantes.

Tal situação levou o sistema de saúde do país à beira do colapso. A melhoria na situação só foi possível mediante ações judiciais, inclusive com participação do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que firmaram o entendimento da natureza exemplificativa do rol da ANS. Dessa forma, a Justiça fez prevalecer o direito constitucional à vida e à saúde, em vez de privilegiar a lógica de mercado e do lucro das operadoras privadas.

O Conselho Nacional de Saúde, através da Resolução 619/2019 e Recomendação 14/2022, manifestou seu posicionamento, embasado na ciência, na pesquisa e na Constituição, pela natureza exemplificativa do rol de procedimentos da ANS. Assim, diante da decisão do STJ, se faz necessária agora a aprovação da alteração na

legislação para garantir o atendimento de saúde aos usuários dos planos de saúde.

Entendemos o mesmo que entidades e associações da sociedade civil. A lista da ANS é exemplificativa, serve de referência, mas não é excluyente de outros tratamentos, inclusive novos e experimentais que surgem com a evolução da ciência e da medicina. Quando o usuário assina um contrato de plano de saúde, é incapaz de saber quais as necessidades de tratamento terá e nem que tipo de doença enfrentará. Como ser responsabilizado por ter assinado um contrato e anos depois descobrir que tem uma doença que necessita de procedimento específico para repor sua saúde?

A decisão do STJ afeta a cobertura de exames, terapias, cirurgias e fornecimento de medicamentos, por exemplo. Mas atinge, principalmente, pessoas que tinham o auxílio dos planos de saúde para tratamentos que estavam fora lista da ANS. Antes de aprovarmos um novo marco legal, esperamos que a decisão desumana do STJ seja derrubada pelo Supremo Tribunal Federal, já que há uma clara violação do direito à saúde e à vida.

Os únicos interessados no rol taxativo são os planos de saúde. A saúde não pode ser tratada como negócio, para enriquecer os gananciosos planos de saúde à custa da vida das pessoas. •

Economista, é deputado federal por Minas Gerais e líder da bancada do PT na Câmara dos Deputados.



TRUMP ESTÁ ENRASCADO

Leah Millis/Reuters

A invasão do Capitólio, orquestrada pelo ex-presidente para barrar a posse do seu sucessor Joe Biden, está se revelando o seu pesadelo. O comitê da Câmara que apura o caso já tem evidências de que o republicano sabia que seus atos eram ilegais e pressionou diretamente o vice Mike Pence

A aventura liderada por Donald Trump, coordenando a invasão do Capitólio em 6 de janeiro de 2021, como uma estratégia para questionar a vitória do democrata Joe Biden nas eleições presidenciais americanas em 2020, agora pode se transformar em um pesadelo para o líder conservador republicano. O Congresso dos Estados Unidos está fechando o cerco contra Trump, que pode vir a enfrentar as barras dos tribunais por colocar em xeque a democracia norte-americana.

O comitê especial criado pelo Congresso para investigar a invasão do Capitólio está revelando como Trump não só arquitetou o ataque em Washington, como pressionou diretamente outras autoridades a questionar abertamente o resultado eleitoral. O então presidente deixou os EUA

“perigosamente perto da catástrofe”, apontou o comitê. E mais surpreendente, o golpe só não obteve êxito porque Trump encontrou no vice-presidente um obstáculo. Pressionado, Mike Pence rejeitou a pressão.

Trump queria derrubar unilateralmente sua derrota eleitoral, mesmo depois de ter sido informado de que era ilegal, de acordo com testemunho apresentado em detalhes na última quinta-feira, 16, comitê da Câmara que investiga o caso. Já há provas de que Trump, auxiliado por um advogado conservador pouco conhecido, John Eastman, levou seus apoiadores a invadir o Capitólio, fazendo com que Pence fugisse para salvar sua vida enquanto manifestantes exigiam sua execução.

Na terceira audiência pública este mês para expor suas conclusões, o comitê relatou como as ações de Trump levaram o país à

beira de uma crise constitucional e levantou novas questões sobre se elas também eram criminosas. O comitê exibiu um depoimento gravado em vídeo no qual o principal advogado de Pence na Casa Branca, Greg Jacob, disse que Eastman havia admitido na frente de Trump dois dias antes do motim que seu plano de fazer Pence obstruir a certificação eleitoral violava a lei.

Após o tumulto, Eastman pediu perdão depois de ser informado por um dos principais advogados de Trump na Casa Branca de que ele tinha exposição criminal por inventar o esquema, de acordo com um e-mail exibido pelo comitê durante a sessão. O comitê também ofereceu uma reconstrução do dia angustiante de Pence em 6 de janeiro. Começou com um telefonema acalorado no qual Trump o repreendeu como um “covarde” e questionou sua mas-

culinidade por resistir à ordem de obstruir a contagem eleitoral. Ficou mais terrível quando o presidente, sabendo que seus apoiadores estavam atacando o Capitólio onde estava o vice-presidente, tuitou uma condenação pública a ele, provocando ainda a multidão que gritava “Enforque Mike Pence!”

O deputado Bennie Thompson, presidente do comitê, e a deputada Liz Cheney, vice-presidente, na audiência de quinta-feira, destacaram a atuação decisiva de Pence, que é republicano. “Temos sorte pela coragem de Pence em 6 de janeiro”, disse o deputado. “Nossa democracia chegou perigosamente perto da catástrofe.”

O comitê desmantelou o argumento jurídico em que Trump e Eastman se baseavam, mostrando que não tinha havia fundamento jurídico ou histórico precedente. A posição do então presidente feriu os princípios fundamentais da democracia americana. Eles também mostraram que os dois homens sabiam que seus planos não eram legítimos, mas insistiram em seguir em frente de qualquer maneira.

Se Pence tivesse seguido as exigências de Trump, teria sido “equivalente a uma revolução dentro de uma crise constitucional”, disse J. Michael Luttig, um juiz conservador aposentado do tribunal federal de apelações. Ele testemunhou perante o comitê, usando uma linguagem abrangente para descrever a ameaça ao estado de direito. Luttig aconselhou Pence a não tomar tal ação imediatamente, acrescentou que, se Trump tivesse sucesso, isso teria sido “a primeira crise constitucional desde a fundação da República”. O juiz alertou que a ameaça permanece, chamando Trump e seus apoiadores de “perigo claro e presente para a democracia americana”. •



Leah Millis/Reuters

NA BOLÍVIA, JEANINE ÁÑEZ É CONDENADA À PRISÃO

Ex-presidenta foi acusada de tramar o golpe contra Evo Morales, em 2019. A pena imposta a ela e a outros golpistas é de 10 anos de detenção

O Tribunal de Primeira Instância de La Paz condenou a ex-presidente Jeanine Áñez a 10 anos de prisão pelo Golpe de Estado contra Evo Morales, ocorrido em 2019. Ela foi julgada pelos crimes de violação de deveres e resoluções contrárias à Constituição e leis.

Áñez foi julgada por seus atos como senadora, antes de assumir a Presidência da Bolívia, em 12 de novembro de 2019. Ela sucedeu Morales, dois dias depois da renúncia do mandatário, em meio a uma forte convulsão social. Os opositores denunciaram que Morales havia cometido fraude nas eleições de outubro daquele ano para ter acesso a um quarto mandato até 2025.

Quando foi alçada a presidenta, Áñez reprimiu a forte oposição de movimentos sociais e camponeses ligados a Morales. Uma investigação da Comissão Interamericana de Direitos Humanos apontou 35 mortes em manifestações contra o governo. O presidente Jair Bolsonaro apoiou o golpe contra Morales e deu apoio político ao

governo golpista.

O tribunal, presidido pelo juiz Germán Ramos, destacou na sentença “a plena convicção” sobre a “participação e responsabilidade criminal” de Áñez e dos demais réus, que também terão que pagar uma quantia ainda não especificada por supostos danos ao Estado.

Áñez destacou que o tribunal “excluiu” provas que descartavam o golpe contra Morales em 2019, que estava no poder há 14 anos. “Eu nunca busquei o poder”, disse ela, que se define como “presa política”. “Fiz o que tinha que fazer, assumi a presidência por compromisso. Faria de novo se tivesse a oportunidade”, declarou aos juízes do tribunal. Ela está na prisão de La Paz desde março de 2021.

Também foram condenados a 10 anos de prisão o ex-comandante das Forças Armadas William Kalimán e o ex-chefe de polícia Yuri Calderón, ambos foragidos. A ex-presidente anunciou anteriormente que recorreria em caso de condenação: “Vamos à justiça internacional”. •

Reprodução

21 de junho de 1830

LUÍS GAMA NASCE EM SALVADOR

Em 21 de junho de 1830, nascia em Salvador (BA), Luís Gama. Começava a história do filho de uma africana livre com um branco pertencente à elite local. A mãe Luísa Mahin estivera envolvida em rebeliões escravas e precisou deixar o menino aos cuidados do pai quando fugiu da repressão.

O homem então vendeu o filho de 10 anos para um traficante de escravos. Após 7 anos na escravidão, Luís Gama se libertou e pôde escrever sua própria história.

Serviu ao Exército, trabalhou na Secretaria de Polícia de São Paulo, escreveu na imprensa, publicou um livro de poesias, participou dos movimentos abolicionista e republicano e atuou como advogado autodidata, defendendo pessoas pobres e negras, especialmente escravizadas.

Luís Gama morreu em 1882, sem ver a abolição da escravatura ou a Proclamação da República, ideais aos quais dedicou a vida.

Esta seção é fruto da parceria entre o Centro Sérgio Buarque de Holanda, da FPA, o Memorial da Democracia e o Instituto Lula. Os textos remetem a um calendário de eventos e personalidades da esquerda que é colaborativo e está em constante atualização.

Envie suas sugestões por e-mail para memoria@fpabramo.org.br

memorialdademocracia.com.br



23 de junho de 1937

ACADEMIA DE MESTRE BIMBA É RECONHECIDA

Manuel dos Reis Machado, o Mestre Bimba, conseguiu registrar sua academia de capoeira na Secretaria de Educação, Saúde e Assistência Pública da Bahia em 23 de junho de 1937. Enquadrada na modalidade esportiva e marcial, passou a se chamar Centro de Cultura Física e Capoeira Regional, com sede no tradicional bairro do Pelourinho, em Salvador (BA).

A academia existia desde 1932, mas até então sem reconhecimento do poder público. Perseguida desde a escravidão, proibida em todo o território nacional pelo primeiro código penal da República, de 1890, a capoeira resistira à repressão e continuava a ser praticada. O alvará de funcionamento foi um marco importante para que as autoridades comessem a aceitar a luta que mescla dança e combate, apesar de a polícia

ainda perseguir seus praticantes por um bom tempo.

A capoeira regional de Mestre Bimba procurava se opor à imagem do capoeirista valente e desordeiro, que portava sempre uma navalha, pronto para sair na briga. Assim, o mestre tentava popularizar sua prática, inclusive entre as classes médias e os estudantes universitários. Para isso, inspirado em lutas como o jiu-jitsu, o judô, a luta greco-romana e até o maculelê, Mestre Bimba inventou novos golpes e um novo jeito de jogar a capoeira.

Uma nova narrativa sobre o Brasil estava sendo construída e consolidada. Nela, o africano e seus descendentes eram valorizados, e a miscigenação, vista como um grande trunfo brasileiro. Foi assim que a capoeira, bem como a feijoada e o samba, viraram símbolos da brasilidade.



21 de junho de 1968

28 MORTOS NA 'SEXTA-FEIRA SANGRENTA'

O estudante Jean Marc von der Weid e outros são presos ao final de uma passeata estudantil, em 18 de junho de 1968. No dia seguinte, um novo ato seria reprimido com violência pela polícia. Já no dia 20, centenas de estudantes se reuniram na Universidade Federal do Rio de Janeiro e obrigaram o reitor e o Conselho Universitário a debater com eles a situação do ensino superior. Ao saírem de lá, foram violentamente reprimidos com golpes de cassetete e tiros. Mais de 300 foram presos e levados ao campo do Botafogo, onde sofreram espancamentos.

Na manhã de 21 de junho, uma sexta-feira, outra passeata em protesto contra a repressão paralisou o centro do Rio de Janeiro e se transformou no maior enfrentamento entre policiais, estudantes e população no centro da cidade, resultando em 28 mortes.

Os estudantes reagiram às investidas da polícia, enfrentaram a cavalaria com rochas e bolas de gude, fazendo os cavalos tombar. A população apoiou os jovens e também atacou a polícia com pedras. Do alto dos prédios, objetos foram atirados sobre os soldados. A polícia reagiu com tiros. Bombas de gás lacrimogêneo foram lançadas de helicópteros. Durante o fim da manhã e toda a tarde, o conflito se espalhou por uma extensa área do centro. A batalha durou até o início da noite.

Na divulgação do número de mortos no episódio que passou para a história como "Sexta-Feira Sangrenta", uma controvérsia. O verbete do Centro de Documentação de História Contemporânea, da Fundação Getúlio Vargas, fala em "28 mortos, segundo informações dos hospitais – ou três, segundo a versão oficial".

24 de junho de 1966

MARINHEIROS NO BANCO DOS RÉUS

No maior julgamento realizado no país até então, 283 marinheiros e fuzileiros navais acusados de rebelião em março de 1964 são condenados a penas que somam mais de 1.280 anos de prisão. A Revolta dos Marinheiros, que exigiam liberdade de organização e dignidade no serviço, havia sido o estopim da crise militar que levou ao golpe. A anistia concedida aos rebeldes pelo governo Jango fora considerada uma afronta à hierarquia militar.

No julgamento de 1966, a pena maior, de 10 anos e 8 meses, coube a um dos líderes da revolta, José Anselmo dos Santos. O Cabo Anselmo, como ficaria conhecido, alguns anos mais tarde se revelaria um agente da repressão infiltrado na organização Vanguarda Popular Revolucionária (VPR).

Outras datas históricas:

21/06/1905: Nasce o filósofo francês Jean Paul-Sartre, integrante do Partido Comunista Francês.

22/06/1941: Nasce em Porto Alegre (RS), Marco Aurélio Garcia, que se tornaria militante estudantil, historiador, e fundador do PT.

17/06/1979: Leonel Brizola funda o Partido Democrático Trabalhista (PDT).

19/06/1982: 1º Encontro Nacional do PT sobre Movimento de Mulheres.

20/06/1997: 6º Encontro Nacional de Mulheres do PT, em Belo Horizonte (MG).

22/06/2002: Lula lança o documento "Carta ao povo brasileiro".

22/06/2012: Fernando Lugo é destituído do cargo de presidente do Paraguai após um processo de golpe jurídico-parlamentar.



UM INSTANTE, MESTRE

“O Terceiro Excluído”, livro do professor e candidato do PT ao governo de São Paulo, Fernando Haddad, é lançado

Bia Abramo

Na segunda-feira, 12, em São Paulo, uma noite excepcionalmente fria e úmida, a Livraria Martins Fontes, situada numa galeria na Avenida Paulista, recebia, de forma discreta, o médico e candidato a vice-presidente da República Geraldo Alckmin, a professora-titular de Odontologia da USP Ana Estela Haddad, o neurocientista Sidarta Ribeiro e a desembargadora aposentada Kenarik Boujikian.

A fila que se formou e ocupa-

va quase toda a extensão do piso térreo da livraria, uma das maiores de rua que ainda restam em São Paulo, não era formada apenas por personalidades. Havia estudantes, professores e eleitores, que foram ali para entender o que, afinal, é “O Terceiro Excluído”, o título enigmático e provocante do quinto livro de Fernando Haddad.

Num volume de menos de 300 páginas, o cientista político e ex-prefeito de São Paulo se lança numa aventura intelectual curiosa para um acadêmico cuja carreira sempre transitou pelo di-

reito, economia, filosofia, história e sociologia. Desta feita, ele enfrenta uma vasta bibliografia das ciências biológicas, da antropologia e da linguística para tentar chegar a uma síntese da história humana que ajude a retrair nossos horizontes utópicos.

Parece – e é – complicado, mas também soa necessário. Obra concebida com Lula preso em Curitiba e gestada na pandemia, ela parte de perguntas angustiantes diante daquilo que estávamos vivenciando: a ruptura de um processo democrático, com ameaças graves no horizon-

te, a emergência de uma nova direita completamente irracional e, coroando tudo isso, uma espécie de guerra biológica intra-espécies sem precedentes a partir de março de 2020, na qual confrontaram-se vírus e homo sapiens.

As leituras e pesquisas, que o autor relata que sobretudo partiram de duas conversas com intelectuais como o linguista norte-americano Noam Chomski e o historiador brasileiro Luiz Felipe de Alencastro, começaram em 2019 depois da derrota de Haddad para Jair Messias Bolsonaro.

“(…) Não foram os ataques, as mentiras e as acusações que sofri por parte de grupos bolsonaristas que me chamaram a atenção. Era a sem-cerimônia com que o candidato rival – que desde os primeiros meses da campanha sintomaticamente se negou ao debate – falava de coisas inimagináveis: o elogio da ditadura, da tortura e do assassinato de pessoas (...). Diante da barbárie, é espantoso como pessoas com discernimento optaram pela omissão – quando não pela conivência com ela”.

Situado entre o ensaio e a ciência e dividido em três grandes capítulos, que correspondem às áreas principais dessa minuciosa pesquisa bibliográfica, ou seja, a biologia, a antropologia e a linguística, o livro também percorre questões e teses que animam o percurso intelectual de Haddad desde sempre como a relação com a história do Brasil, como o patrimonialismo a partir da contribuição de Raymundo Faoro e o pensamento marxista brasileiro – não à toa, o livro é dedicado a Roberto Schwarz.

Ou seja, apesar de abordar disciplinas ausentes de sua formação e atualizar o que há de

ponta nessas áreas (e, nesse sentido, “O Terceiro Excluído” é um excelente guia de leituras), o livro também contempla as preocupações de sempre de Haddad, cuja militância no Partido dos Trabalhadores a partir de 1985 e seu envolvimento com administrações petistas não deixa dúvida de quais são: como e por que somo tão desiguais e arrastamos entulhos

HADDAD ENFRENTA UMA VASTA BIBLIOGRAFIA PARA TRAÇAR UMA SÍNTESE DA HISTÓRIA QUE AJUDE A TRAÇAR HORIZONTES UTÓPICOS

históricos como o racismo? E o que e como fazer retomar uma marcha de desenvolvimento & estabilidade democrática e, sim, a expressão livre das potencialidades do Brasil?

São questões coletivas e geracionais de quem nasceu nos anos 1960 e foi para a universidade durante a redemocratização, mas que parecem nortear, de fato, este autor, político e sempre professor tanto em seu percurso acadêmico como em sua atua-

ção política. A ideia de emancipação, tão em voga no século 19 e nos escritos dos primeiros socialistas, volta na formulação sobre o objetivo da obra: “(…) é simplesmente apresentar à discussão novas bases teóricas da emancipação humana, sem as quais aquilo que se entende por horizonte utópico não vai ocupar a imaginação progressista”.

Se a leitura, por vezes, emperra por excesso de rigor e um raciocínio que, por vezes não se apresenta com a clareza necessária, é preciso dizer também que isso revela-se pela quantidade de informação, de ideias (dentro e fora do lugar, como diria o Schwarz) e de um esforço genuíno de abrir uma perspectiva para, quem sabe, sairmos do buraco. O terceiro excluído? Ah, é uma figura da lógica formal e se eu contar quem ou o que é além disso perde a graça. •

O terceiro excluído – Contribuição para uma antropologia dialética

Fernando Haddad

Editora Zahar, 288 páginas



A RESISTÊNCIA AO FASCISMO

Livro lançado pela Perseu Abramo traz entrevistas da 'Focus Brasil' com 13 personalidades da vida pública nacional que estão na linha de frente da luta da oposição ao governo do nefasto

Fernanda Estima

Para muitos de nós, 2016 é considerado o ano que nunca terminou. Um terrível pesadelo que persiste, mesmo quando estamos acordados. O ano que entra para o calendário como o momento inicial de destruição, não só da democracia do país e dos mais de 54,5 milhões de votos desrespeitados pelo golpe.

Uma patranha armada contra a presidenta Dilma Rousseff e, principalmente, contra direitos e conquistas que deixaram de existir. Foi quando a mentira esteve à frente, vitoriosa e feliz por, ao fim e ao cabo, gerar não só violência institucional mas pelo menos 33 milhões de famintos.

O golpe, a vergonhosa ação da Lava Jato e a prisão de Lula, a vitória do bolsonarismo e tudo que representou e os descaminhos que o país foi obrigado a seguir fazem parte do conteúdo do livro *A luta contra o fascismo*, que reúne alguma das entrevistas colhidas pela equipe da revista *Focus Brasil*, editada pela Fundação Perseu Abramo (FPA), ao longo de 2021.

Alberto Cantalice e Pedro Camarão, diretor e jornalista da Fundação Perseu Abramo, respectivamente, trabalharam juntos na organização da obra, lançado pela Editora FPA. Ambos estão nos fronts desta luta há algum tempo, o que lhes dá segurança e sabedoria na escolha das entrevistas.

A seleção feita inclui as conversas com Chico Diaz, Dilma Rousseff, Fernando Haddad, Frei Betto, Izabella Teixeira, João Manuel Cardoso de Mello, Luis Nassif, Luiz Carlos Bresser-Pereira, Marilena Chaui, Paulo Betti, Rogério Cerqueira Leite, Sílvio Almeida e Tereza Cristina. E, a partir destas escolhas, vários temas são postos para reflexão.

A luta contra o fascismo, no nosso país, sem dúvida obriga que o pensamento e análise não deixem de lado as bandeiras ambientais tão importantes na atualidade, ou o machismo e racismo estruturais em nossa sociedade, assim como explicações didáticas sobre a destruição, ponto a ponto, nos vários instrumentos e órgãos do Estado e suas políticas.

Na apresentação, Olímpio Cruz Neto, editor-chefe da *Focus Brasil*, explica que o "livro traz algumas das vozes de personalidades da vida política brasileira que têm alertado, desde 2021, sobre os riscos que vivemos". Diz o jornalista: "São 13 brasileiros comprometidos com a defesa da democracia, da soberania nacional e da luta por um Brasil mais fraterno e solidário. Todos atacam os retrocessos com a ma-



nutenção desse projeto de poder que está levando o país ao século 19".

A publicação conta também com artigo de Aloizio Mercadante. "Não estamos disputando só uma eleição", alerta o economista e presidente da FPA. "Estamos numa encruzilhada histórica e temos que fazer muito mais do que fizemos para poder resgatar um país, seus valores civilizatórios e consolidar a democracia no Brasil e na América Latina".

A publicação está disponível no site da FPA e serve para lembrar os motivos, muitos, que exigem resistência, luta e reconstrução. Boa leitura, boas lutas. •



**COMITÊ
POPULAR
DE LUTA**

A red fist icon with the index finger pointing upwards, positioned below the word 'LUTA'.

Saiba como criar um comitê
pt.org.br

BICENTENÁRIO

1822 2022



**DUZENTOS ANOS DE LUTA
PELA INDEPENDÊNCIA**



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

20
anos

Centro
**Sérgio
Buarque
de Holanda**
Documentação e
Memória Política
instituído em 2001